

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

MARILAN NEGRÃO BORGES LUZ GOMES

A ÉTICA DO CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Um olhar diferenciado para a formação educacional integral da criança.

São Leopoldo / RS

2011.

MARILAN NEGRÃO BORGES LUZ GOMES

A ÉTICA DO CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Um olhar diferenciado para a formação educacional integral da criança.

Trabalho final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia da
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão.

Orientador: Professor Dr. José Caetano Zanella.

São Leopoldo / RS

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G633e Gomes, Marilan Negrão Borges Luz

A ética do cuidado na educação infantil : um olhar diferenciado para a formação educacional integral da criança. / Marilan Negrão Borges Luz Gomes ; orientador José Caetano Zanella. – São Leopoldo : EST/PPG, 2011. 90 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2011.

1. Educação de crianças. 2. Ética. 3. Educação moral. 4. Desenvolvimento moral. I. Zanella, José Caetano. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

DEDICATÓRIA

À Edilberto Negrão e Yan Negrão,
meus filhos extremamente amados e cuidados,
pelos sorrisos dedicados como apoio neste trabalho,
que não me fizeram esquecer que nos *amamos*
no coração.

Mamãe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, grandioso em Sua magnitude por muitas vezes esquecida em momentos de fraqueza, desânimo e cansaço, mas, que em Sua força onipresente esteve a me abençoar fortificando-me para continuar o longo trajeto até aqui caminhado encorajando-me a prosseguir mesmo com tantos problemas encontrados.

Ao meu amado esposo Edilberto Luz Gomes, que ao longo dessa trajetória, por muitas vezes neguei minha atenção, mas, que com seu doce amor e compreensão não deixou de cuidar um só instante, compreendendo minhas dificuldades, momentos de anseio, nervoso e preocupação, me confortando e buscando sempre me ajudar de todas as formas possíveis. Por mais difícil que fosse, transformava tudo em dedicação, carinho, cuidado e amor, em troca das minhas lágrimas.

Ao professor Dr. Caetano, pela compreensão das minhas dificuldades, pelo cuidado, pela sabedoria e paciência em me orientar. Muito obrigada.

A Rita de Cássia Negrão Borges, minha mãe, pelo apoio em cuidar dos meus filhos durante os dois meses que estive ausente.

Aos amigos e amigas, que juntos, mesmo por tão pouco tempo, fizeram alegrias acontecer trazendo a certeza de que podemos cuidar do outro. E que, muito breve, partiram para lugares distantes, mas, continuam a cuidar: Ir. Maria de Nazaré, Evelin Sganzerlla, Roselândia Rocha, Rosângela Nascimento, Luzia Araújo, José Heber Aguiar, Evaldo Pulccineli, Antonio Nunes, Margareth Kuster e Mari Tereschuk.

RESUMO

Uma reflexão sobre a formação educacional integral da criança na Educação Infantil relacionada à necessidade da prática da ética do cuidado no fazer pedagógico nas instituições de Educação Infantil visualizando a formação de um adulto no futuro com construção ética em seu agir pessoal e social. O primeiro capítulo traça um caminho até a ética do cuidado. Para tanto, conceitua ética, distingue ética de moral e apresenta a construção ética e moral da criança na Educação Infantil. Atualmente, percebe-se que o conceito de ética é, por muitos, confundido com o conceito de moral. Entender que moral é parte da ética, e que ética é a conduta de comportamento que engloba não só a moral, como também, as virtudes e os valores, é um dos focos neste capítulo. Diante da compreensão do que é ética e do que é moral, busca-se o entendimento sobre ética do cuidado, onde apresenta-se seu conceito e suas vertentes: natural e essencial. Finaliza-se, desvelando a construção ética e moral da criança na fase da Educação Infantil através de modelos visualizados vivenciados. No segundo capítulo, destaca-se um estudo direcionado especificamente à Educação Infantil. Após seu conceito, o relato de um breve histórico traz à tona o pensar de alguns teóricos que influenciaram a Educação Infantil, como Kohlberg, Montessori, Pestalozzi, Vygotsky, Piaget, entre outros. Em seguida diferencia-se cuidar de educar, estabelecendo o papel de cuidar na Educação Infantil, a necessidade de um educador com formação adequada para atuar na Educação Infantil, consciente do seu papel e da importância do lúdico para o cuidar e o brincar nesta fase, bem como, o papel da família na formação educacional da criança. No terceiro capítulo é dada ênfase aos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Após apresentação dos referenciais, é direcionado um estudo sobre os conceitos presentes nos referenciais sobre o que se apresenta quanto à filosofia da educação, cuidar, ética, ética do cuidado, o perfil desejado para o docente da Educação Infantil e da família presente na Educação Infantil. Por fim, o quarto capítulo propõe, a partir dos estudos visualizados nos capítulos anteriores, sugestões para o fazer na Educação Infantil voltado à prática da ética do cuidado, natural por obrigação, e essencial, por necessidade de sua importância para a formação educacional integral da criança na Educação Infantil, oportunizando a construção de um novo adulto no futuro, agindo também de acordo com sua formação ética.

Palavras – chave: Ética do cuidado; Formação educacional; Educação Infantil.

ABSTRACT

A reflection on the educational development of children in Early Childhood Education related to the need to practice the ethics of care in making teaching in institutions of kindergarten viewing the formation of an adult in the future with building ethics into their personal and social action. The first chapter gives way to an ethics of care. To that end, considers ethical, moral and ethical distinction has ethical and moral construction of the child in kindergarten. Currently, it is clear that the concept of ethics is, by many, confused with the concept of morality. Understanding that is part of moral ethics, and ethical conduct is behavior that includes not only moral, but also the virtues and values, is one of the focuses in this chapter. Given the understanding of what is ethical and what is moral, we seek to understand the ethics of care, which presents its concept and its forms: natural and essential. Ends up, revealing the moral and ethical construction phase of the child in kindergarten through models displayed experienced. In the second chapter, there is a study directed specifically to children's education. After his concept, the story of a brief history brings out the thinking of some theorists who influenced the early childhood education, and Kohlberg, Montessori, Pestalozzi, Vygotsky, Piaget, among others. Then differentiates to educate caring, establishing the role of caring in children's education, the need for a properly trained teacher to work in Early Childhood Education, aware of its role and importance of caring for the play and play at this stage as well as the family's role in educational attainment of children. In the third chapter the emphasis is on the National Curricular References for Child Education. After presentation of reference, is directed a study on the concepts found in the references on what is presented on the philosophy of education, care, ethics, ethics of care, the desired profile for the teaching of early childhood education and family from the Early Childhood Education. Finally, the fourth chapter suggests, as viewed from the studies in previous chapters, make suggestions for Childhood Education focused on the ethical practices of care, a natural obligation, and essential, by necessity of its importance to the educational integral child in kindergarten, allowing the construction of a new adult in the future, by acting according to their ethical training.

Keywords: Ethics of care; Educational training; Early childhood education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	
1- CONCEITUANDO ÉTICA DO CUIDADO	10
1.1- Definição de ética	10
1.2- Distinguindo entre ética e moral	16
1.3- Entendendo ética do cuidado	22
1.4- Construção da dimensão ética e moral da criança na Educação Infantil	34
CAPÍTULO II	
2- CONCEITUANDO EDUCAÇÃO INFANTIL	39
2.1- Breve histórico da Educação Infantil	39
2.2- Conceituando Educação Infantil	48
2.3- Diferenciando cuidar e educar	50
2.3.1- O papel de educar na Educação Infantil	51
2.3.2- O papel de cuidar na Educação Infantil	52
2.4- Formação do docente para a Educação Infantil	53
2.5- O lúdico em relação ao cuidar e o educar na Educação Infantil	58
2.6- O papel da família na Educação Infantil	60
CAPÍTULO III	
3- ANALISANDO OS REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Pensando a construção da Ética do Cuidado.	64
3.1- Conhecendo os RCNEI para a Educação Infantil	64
3.2- Apresentação dos conceitos presentes nos RCNEI	67
3.2.1- Conceito de filosofia da educação nos RCNEI	67
3.2.2- Conceito sobre o cuidar nos RCNEI	69

3.3- Dimensão da Ética presente nos RCNEI	70
3.3.1- Conceito de ética nos RCNEI	71
3.3.2- Conceito de ética do cuidado nos RCNEI	72
3.4- Perfil do docente para a Educação Infantil presente nos RCNEI	73
3.5- Perfil da família presente nos RCNEI	74
3.6- Propondo ética do cuidado na Educação Infantil	76
3.7- O cuidado na Educação Infantil	77
3.7.1- O cuidado natural	77
3.7.2- O cuidado essencial	78
3.8- Problemática existente	80
3.9- O docente e a prática da ética do cuidado na Educação Infantil	81
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	87

INTRODUÇÃO

Em meio a tempos de rebeldias educacionais, de alguns jovens e adultos, ao qual se presencia na vivência em sociedade na contemporaneidade, no que tange à violência urbana, violência familiar, o não respeito ao outro, problemas no relacionamento humano, na falta de cuidado com o outro, torna-se perceptível a não formação adequada, pensada através de uma educação com bases na ética, devido à visualização da desconstrução de valores no relacionamento com o outro.

Diante do exposto, se faz intrínseca a realização de um estudo sobre a necessidade de resgatar uma formação ética. E é através da educação que se pode gerir condições de formação pessoal e social, logo, formando cidadãos no futuro, com um olhar voltado para o outro, com pensar diferenciado do que se vive hoje. Ou seja, poder-se-á dizer, que, a formação educacional fundamentada na ética, promoveria construção de valores, que trariam benefícios às gerações futuras, como o respeito ao outro, a tolerância quanto às diferenças expressas pelo outro, tornando-se assim adultos conscientes de atitudes formadas eticamente que também agiriam, eticamente em meio à sociedade.

Quanto mais cedo for vivenciada e experimentada esta formação educacional ética, mais, haverá a possibilidade de mudanças atitudinais dos adultos futuros. Assim a Educação Infantil, sendo a primeira etapa da educação básica, é apresentada aqui, como a fase da oportunidade para dar-se início à construção da formação educacional integral pessoal e social, com base nos fundamentos da ética. Isto porque, é na fase da Educação Infantil que a criança está formando sua personalidade e construindo sua ética e estabelecendo sua moral através do modelo vivenciado. Nesse sentido, as instituições de Educação Infantil devem rever sua formatação, quanto à estrutura física e pessoal da instituição, para que possam promover um novo formato do seu fazer, pensando na formação educacional integral da criança, com fundamentos educacionais voltados à ética, para que seja no futuro um adulto, que possa também agir eticamente enquanto cidadão.

Nessa perspectiva, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil merecem importante destaque quanto à análise sobre o seu pensar, referente ao oferecimento de Educação Infantil às crianças de zero a seis anos,

como se expressava à época de sua apresentação à sociedade. Hoje, a Educação Infantil, abarca as crianças de zero a cinco anos. Essa análise dar-se-á como necessária, haja vista terem sido implantados para servirem, como o próprio nome já diz, de referência para os educadores deste segmento. Seu pensar sobre ética, cuidado, o papel da família deve ser levado em consideração pelo educador da Educação Infantil, no que diz respeito a uma análise sobre o seu fazer e sua formação, voltando seu olhar para uma nova formulação da construção educacional pessoal e social da criança.

A apresentação dos conceitos presentes nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, e fundamentados no pensar de alguns teóricos sobre a temática torna-se importante, para que seja feita a dissociação entre eles. Isso porque, ainda hoje, muitos pensam ser a ética dissociada da moral, ou até mesmo, apresentam o conceito de ética confundido com o conceito de moral.

A ética do cuidado ganha também um papel de destaque especial na formação educacional integral pessoal e social da criança. Quem foi cuidado, cuidará. As crianças na fase da Educação Infantil necessitam do cuidado, tanto natural, quanto essencial, para sua formação educacional pessoal e social adequada. De tal forma, promovendo a construção de adultos também preocupados em cuidar de si e do outro, natural e essencialmente.

A preocupação com a formação educacional das crianças, desde cedo voltada à ética do cuidado, configura-se o ponto central deste estudo. E a essa preocupação aparecem os questionamentos: Quem são os educadores presentes nas instituições de Educação Infantil? Que formação tiveram? Quem são as pessoas cuidadoras das crianças nas instituições de Educação Infantil? O que significa educar e cuidar? Enfim, essas perguntas nortearam o estudo e apresentam necessidade urgente nas respostas, bem como a necessidade de propostas de realização de um novo fazer educacional, visando uma formação educacional integral da criança na Educação Infantil, oportunizando uma formação cidadã ética.

Capítulo I

CONCEITUANDO ÉTICA DO CUIDADO.

Para compreender o conceito de Ética do Cuidado se faz necessário e é importante que, anteriormente, tenha-se claro o que é ética. Só assim, então, pode-se entender Ética do Cuidado descrita neste trabalho. Para tanto, apresenta-se, neste capítulo, definições sobre ética, enunciadas por diferentes teóricos, auxiliando na reflexão sobre a compreensão da relação entre ética e Ética do Cuidado com a Educação Infantil.

1.1. Definindo Ética.

Atualmente, se buscada a definição de ética, nos diversos meios sociais, ter-se-á diversas respostas, mas, notoriamente, todas tenderão a apresentar o conceito de ética individualizado como verbalização de regras definidas pela sociedade, como manifestações culturais, como conjunto de normas e valores, etc. tudo isso individualmente, separado cada um em seu conceito, e ainda, não se surpreende se ouvir que não mais há Ética atualmente. Aqui, busca-se, então, conceituar ética. Em sentido amplo, Antonio Lopes de Sá infere sobre ética:

Em seu sentido de maior amplitude, a Ética tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes.

Envolve, pois, os estudos de aprovação ou desaprovação da ação dos homens e a consideração de valor como equivalente de uma mediação do que é real e voluntarioso no campo das ações virtuosas.

Encara a virtude com a prática do bem e esta, como a promotora da felicidade dos seres, quer individualmente, mas, também avalia os desempenhos humanos em relação às normas comportamentais pertinentes.

Analisa a vontade e o desempenho virtuoso do ser em face de suas intenções e atuações, quer relativos à própria pessoa, quer em face da comunidade em que se insere¹.

¹ SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 15.

Com base no autor, seria, então, a ética uma virtude que conduz o comportamento do ser humano? Ora, virtude não está associada a valores? Seria então a ética a prática de valores pelo ser humano em sua conduta comportamental? E que valores são estes? A prática do respeito, da honestidade, da gentileza são valores. No momento em que esses valores estão associados à conduta do ser humano apresentados em seu comportamento, pode-se afirmar que são também postura ética, segundo Sá, por serem virtudes. Porém, Sá infere que a ética encara a virtude como prática do bem e promotora da felicidade dos seres.

Pensa-se então: um bandido vive seus valores comportamentais, que para ele tem o dever de atitude realizada com maestria, excelência, pois, é o que é, e isso lhe é ético em sua conduta. Vive o seu fazer através do que julga ser sua virtude ética, de acordo com seu comportamento social. Desta forma, se um assalto for bem sucedido, a felicidade aparece, caso contrário, será avaliado socialmente, segundo sua norma comportamental pertinente ao seu grupo social. Neste caso, não haverá felicidade advinda da atitude realizada, mas, mesmo assim, não se deixa de ver ética presente nessa ação, porém, agora, ética não mais individualizada de forma singular, e sim universal agindo coletivamente sobre cada indivíduo.

Jung Mo Sung e José Candido da Silva apresentam em seu livro *Conversando sobre ética*, no capítulo 3, que relata sobre “critérios éticos e posturas morais, o conceito de ética também demonstrando uma universalidade. Assim os autores definem ética: Ética é para nós uma dimensão que nos permite o questionamento sobre as práticas, atitudes, regras e ações humanas”.²

E chama a atenção para a necessidade de estabelecer critérios a serem utilizados quando conceituar ética. Tomando como primeiro critério a própria vida humana e, como segundo, a necessidade de considerar a exigência pela ética de mudanças de atitudes para a vida em sociedade.

Dando continuidade, encontram-se outros conceitos que buscam o significado de ética. Apresenta-se, então, mais alguns conceitos de ética para que se possa refletir um pouco mais profundamente. Para Herbert de Souza, o Betinho,

Ética é um conjunto de princípios e valores que guiam e orientam as relações humanas. Esses princípios devem ter características universais, precisam ser válidos para todas as pessoas e para sempre. Acho que essa

² SUNG, Jung Mo e SILVA, José Candido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p.41.

é a definição mais simples: um conjunto de valores, de princípios universais, que regem as relações das pessoas³.

É interessante ressaltar que Betinho relembra a questão dos valores e apresenta, como pode-se ver, um conceito de ética mais amplo, não fragmentado, mas sim, universal. E o que seria este “universal”? Será que todas as pessoas, organizações sociais como instituições de educação, famílias, religião, no mundo, estariam dentro do mesmo conceito de uma forma “universal” de ética? Ora, o sistema que rege a Europa não é o mesmo sistema que rege a América, por exemplo. Então, como pode-se considerar ética como universal? Quais são os princípios éticos básicos que podem e devem ser considerados como universal?

Pode-se comparar o conceito de ética apresentado por Betinho com o conceito de ética em Kant (1724-1804), que também apresenta o princípio ético como universal. Os princípios éticos avaliam e questionam as instituições e sistemas. Valls lembra que a idéia universal em Kant é que a ética estaria acima das normas das instituições e dos sistemas. Verifica-se então o que ocorria pelo final do século XVIII:

Kant buscava uma ética de validade universal, que se apoiasse apenas na igualdade fundamental entre os homens. Sua filosofia se volta sempre, em primeiro lugar, para o homem, e se chama *filosofia transcendental* porque busca encontrar no homem as condições de possibilidade de conhecimento verdadeiro e do agir livre. No centro das questões éticas, aparece o dever, ou obrigação moral, uma necessidade diferente da natural, ou da matemática, pois necessidade para uma liberdade. O dever obriga moralmente a consciência moral livre, e a vontade verdadeiramente boa deve agir sempre conforme o dever e por respeito ao dever.⁴

Nessa reflexão, verifica-se o papel do homem inserido na busca da ética universal. Para Kant, “era de fundamental importância que os homens agissem em igualdade entre si para que se pudesse afirmar a existência e desenvolvimento de um princípio ético universal”.⁵

Além de pensar na igualdade entre os homens, como necessidade para o desenvolvimento de uma ética universal, Kant afirmava que os princípios éticos nunca são dados do exterior – meio social -, para o interior do homem. E sim, era o dever de agir do homem, de acordo com sua máxima, que daria a condição de

³ SOUZA, Herbert. In: RODRIGUES, Carla. **Ética e Cidadania**. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1994. p. 13.

⁴ VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 18

⁵ VALLS, Álvaro L. M. 2005. p. 19.

princípio ético universal a ser vivenciado como lei universal. Valls apresenta Kant quando o mesmo diz:

Para Kant, os conteúdos éticos nunca são dados do exterior. O que cada um de nós tem, porém, é a *forma* do dever. Esta forma se expressa em várias formulações, no chamado imperativo categórico, o qual tem esse nome por ser uma ordem formal nunca baseada em hipóteses ou condições. A formulação clássica do imperativo categórico é a seguinte, conforme o texto da Fundamentação da Metafísica dos Costumes: “devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal”. Colocado com um imperativo para o outro, seria: “age de tal maneira que possas ao mesmo tempo querer que a máxima da tua vontade se torne lei universal.”⁶

Valls ao proferir Kant, demonstra que ele busca na própria estrutura do homem, como sujeito racional e livre, a “forma” para o agir universal. Estabelecendo como necessidade que todos ajam de acordo com sua máxima, eticamente universal, pois, parte do interior do homem, enquanto racional e livre, estabelecendo igualdade entre os homens. Porém, para os críticos de Kant, citados por Valls, entre eles, “pensadores do porte de Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino, Maquiavel e Spinoza, Hegel e Kierkegaard, Marx e Sartre”⁷, exaltar esta condição de princípio ético como universal, de forma a querer que seu pensar e agir sejam tal qual querer que se torne como lei universal, é, de certo modo, desejar a existência de um individualismo e não uma universalidade, descaracterizando uma igualdade entre os homens.

Destaca-se o pensamento de Leonardo Boff, para uma melhor investigação sobre a temática. Em seu livro *Ética e moral: a busca de fundamentos*, o autor apresenta o conceito para ética, como sendo:

A ética é parte da filosofia. Considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Uma pessoa é ética quando se orienta por princípios e convicções. Dizemos então, que tem caráter e boa índole⁸.

Neste conceito, Boff apresenta como universal ao ser humano a constituição do seu Ser, regido de seus princípios e valores agregados, vivendo socialmente o que acredita. Então, cada ser humano apresenta em seu universo sua conduta ética, dentro de suas convicções em seus princípios éticos e valores que são não somente

⁶ VALLS, Álvaro L. M. 2005. p. 20-21.

⁷ VALLS, Álvaro L. M. 2005. p. 22.

⁸ BOFF, Leonardo. *Ética e moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 37.

valores/princípios do indivíduo, mas também da “sociedade”. Estes conduzem e orientam sua vivência no sistema social ao qual se está inserido.

Enquanto Betinho e Boff apresentam ética de forma universal ao ser humano, em suas concepções e crenças de acordo com sua vivência em seu sistema social, veja-se o que fala Álvaro Valls quanto ao conceito de ética:

A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta. Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento⁹.

Pensa-se então: cada sistema social possui sua ética? Cada microssistema social também possui sua ética? O que denominam ética profissional, nos sistemas e microssistemas sociais, na verdade trata-se de um código de conduta normatizador. E sendo normatizador, regulador, passa a se configurar como moral e não ética. A ética vai muito além das normas. Está acima dos códigos de conduta estabelecido pela sociedade.

Essas normas determinam penalização caso haja infração da conduta determinada pelo código estabelecido. E isso caracteriza moral. Obediência às regras é ordem moral. Por exemplo, os advogados, os médicos, enquanto profissionais, também possuem sua ética profissional, logo, seu código de conduta moral. Como foi visto anteriormente neste trabalho, ética é determinada pelo sistema social, de forma geral a que se pertence. Entende-se que ela está acima da moral. Assim, em um sentido mais amplo, pode-se dizer que ética seria o regimento do comportamento da conduta universal de princípios e valores dos seres humanos de acordo com sua vivência, seja profissional, seja social.

Ora, lembre-se então que o tempo não pára. As mudanças ocorrem de gerações em gerações e afetam o comportamento do ser humano e esses acontecimentos são bastante claros aos olhos diante do sistema social que se tem hoje no Brasil. A cada década vivenciada, as novas gerações que surgem, trazem consigo novos costumes a serem colocados aos seus seguidores. Assim, também os costumes variam, e variando os costumes o comportamento varia para se

⁹ VALLS, Álvaro L.M. **O que é ética?** São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 7.

adequar aos novos costumes. O que era comportamental na década de 80, quanto ao modo de vestir, por exemplo, pode hoje já não ser mais aceite corretamente e tem-se de espaço temporal apenas vinte anos. Imagine, então, a década de sessenta? Há quarenta anos atrás? Aos homens era comum usar devidamente paletó, gravata e chapéu, e alguns ainda carregavam uma charmosa bengala, até mesmo os jovens. Isso representava posicionamento social, demonstrava ordem, educação informal. E as mulheres? Os vestidos sempre abaixo dos joelhos, luvas, chapéu, obediência fervorosa aos pais, viviam para a casa, filhos e maridos. Hoje, é possível visualizar o comportamento quanto ao vestir atualmente em pleno ano 2011, apenas quando a ocasião pede formalidade. Assim, os homens usam a indumentária de paletó e gravata quando a ocasião solicita, quando não, não tem problema. As mulheres “libertas” quanto ao tamanho das roupas... e por muitas vezes, percebe-se que está fora de um padrão social de educação informal coerente com a exigência da sociedade elitista.

Os jovens, então, agora não são mais conhecidos por filho de “fulano de tal”, da família “x”. São pertencentes a tribos! Esse exemplo das roupas serve para ilustrar, como as mudanças no comportamento e atitudes acontecem com o passar do tempo. Ou seja, se o comportamento determina a universalidade ética do Ser, eticamente o que ontem era correto hoje pode não ser mais, e o que ontem era errado, hoje pode ser correto.

Os costumes, princípios e valores se modificam de acordo com a transformação da sociedade em que se está presente. E mesmo na atualidade, o que é coerente para um determinado grupo social, para outro, pode não ser. Lembra-se a condição da conduta ética de um bandido, enunciada anteriormente. Quanto a essa prática, Álvaro Valls expressa:

Os costumes mudam e o que ontem era considerado errado, hoje pode ser aceite, assim como o que é aceite entre os índios no Xingu pode ser rejeitado em outros lugares, do mesmo país até. A ética não seria então uma simples listagem das convenções sociais provisórias?

Se fosse assim, o que seria um comportamento correto, em ética? Não seria nada mais do que um comportamento adequado aos costumes vigentes, isto é, enquanto estes costumes vigentes tivessem força para coagir moralmente, o que aqui quer dizer, socialmente. Quem se comportasse de maneira discrepante, divergindo dos costumes aceitos e respeitados, estaria no erro, pelo menos enquanto a maioria da sociedade ainda não adotasse o comportamento ou o costume diferente. Quer dizer:

esta ação seria errada apenas enquanto ela não fosse o tipo de um novo comportamento vigente¹⁰.

Edgar Morin em seu texto *O método 6: ética*, chama a atenção para a existência da ética em duas vertentes. Pensa-se uma individual no sentido da aquisição de acordo com os costumes e outra no sentido da vivência social. “A ética tornou-se, portanto, laica e individualizada; com o enfraquecimento da responsabilidade e da solidariedade, impõe-se uma distância entre a ética individual e a ética da cidade”.¹¹

Mas, pode o ser humano ter duas éticas? Para-se e pensa-se um pouco mais. Profissionalmente cada indivíduo atua eticamente correto com seu ofício no dia-a-dia, já pessoalmente também se busca atuar eticamente segundo os princípios e valores que norteiam a sociedade da qual se faz parte integrante. Sim? Isso. Então, pode-se inferir que a ética possui diferentes eixos. Como, por exemplo, em meio ao mercado de trabalho, tem-se a ética profissional, a que norteia a conduta dentro da profissão. Pessoalmente, tem-se outros eixos a conduzir cada indivíduo: ética social, que norteia a vivência em sociedade, ética da solidariedade, ética da responsabilidade, ética da justiça, ética do cuidado, esta, mais adiante será objeto de discussão. Mas, em fim, instituíram-se diversos eixos na ética central universal comportamental. Pode-se, então, lembrar a condição universal da ética para finalizar a busca pelo conceito adequadamente correto. Pode-se afirmar, então, que ética é o princípio universal que rege a conduta do ser humano, sua vida, sua vivência comportamental de acordo com o seu tempo, e sistema social em que se está inserido.

1.2- Distinguindo entre ética e moral

Por determinar o comportamento, a conduta com base em valores, por muitas vezes a ética é confundida com moral. Da mesma forma, ética também é confundida com normas profissionais. Cabe aqui, tentar entender a distinção entre ética e moral.

¹⁰ VALLS, Álvaro L. M. 2005, p. 10.

¹¹ MORIN, Edgard. **O método 6: ética**. Tradução Juremir Machado da Silva. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.p.26

Visualiza-se anteriormente que a ética pretende ser universal, transcende a vivência do ser humano, é sua conduta comportamental. Mas, então, o que é mesmo moral?

Jung Mo Sung em parceria com José Candido da Silva, no livro *Conversando sobre ética*, remete à lembrança que o conceito de ética é muito confundido com o conceito de moral. Em seu livro ele mostra que:

De modo geral é comum usar o conceito de ética e moral como sinônimos ou, quando muito, a ética é definida como o conjunto das práticas morais de uma determinada sociedade, ou então os princípios que norteiam estas práticas.¹²

Toma-se então Edgar Morin para começar a entender a diferença existente entre ética e moral. Morin relata que

A ética manifesta-se, para nós, de maneira imperativa como exigência moral. O seu imperativo origina-se numa fonte interior ao indivíduo, que o sente no espírito como a injunção de um dever. Mas ele provém também de uma fonte externa: a cultura, as crenças, as normas de uma comunidade. Há certamente também uma fonte anterior, originária da organização viva, transmitida geneticamente. Essas três fontes são interligadas como se tivessem um lençol subterrâneo em comum¹³.

Como se pode ver, Morin faz uma separação entre os conceitos de ética e moral. Morin apresenta a ética, advinda de um único ponto - que aqui chama-se de universal - em que passa a manifestar-se através da trilogia representada em primeiro pelos aspectos internos psicológicos do indivíduo que entende a ética como um dever; segundo, externa, de forma a obedecer e absorver a vivência social a que pertence e por fim em terceiro herdada geneticamente de seus familiares. Embora apresente manifestações da ética, percebe-se que a ética apresenta-se de forma universal, como afirma Boff (2003, p.37) em seu livro *Ética e Moral: a busca de fundamentos*, como foi visto anteriormente.

Comparando a doutrina de Morin, com o pensar inicial da ética universal de Leonardo Boff, lembra-se que Boff em seu conceito não demonstra claramente como a ética surge, mas, traz também consigo aspectos das manifestações do interior e exterior que Morin apresenta. Boff lembra que a ética “considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui

¹² SUNG, Jung Mo e SILVA, José Candido da. 2007. p. 13.

¹³ MORIN, Edgard. 2005. p. 19.

princípios e valores que orientam pessoas e sociedades”¹⁴ como verifica-se no capítulo anterior deste trabalho. E sendo universal, é obvio afirmar, que a ética se põe acima da moral, passando inclusive a reger a própria moral. Entretanto, a distinção entre ética e moral será vista adiante.

Leonardo Boff apresenta como conceito de moral.

A moral é parte da vida concreta. Trata da prática real das pessoas que se expressam por costumes, hábitos e valores culturalmente estabelecidos. Uma pessoa é moral quando age em conformidade com os costumes e valores consagrados. Estes podem, eventualmente, ser questionados pela ética. Uma pessoa pode ser moral (segue os costumes até por conveniência), mas, não necessariamente ética (obedece a convicções e princípios).¹⁵

Percebe-se aí, segundo Boff uma diferença entre ética e moral. Moral seria uma parte. Ética é o todo. A ética engloba a moral. A moral é estruturada por obediência coercitiva a ordens estabelecidas pela sociedade. A Ética é orientada por princípios e convicções interiores do ser humano. É universal. Incorpora a existência moral.

Mário Sérgio Cortela, em seu livro *Nos labirintos da moral*, explicita a distinção entre moral e ética sendo, “moral o que diz respeito aos deveres” e a palavra ética reserva-se “para as questões relativas à vida boa, à felicidade”.¹⁶ Mais uma vez, percebe-se a inserção do sentido de universal para a ética e para a moral, regras de conduta.

Elizete Passos em seu livro *Ética nas organizações: uma introdução*, apresenta o conceito de moral e de ética inferindo que

Etimologicamente, as duas palavras possuem origens distinta e significados idênticos. *Moral* vem do latim *mores*, que quer dizer costume, conduta, modo de agir; enquanto *ética* vem do grego *ethos* e, do mesmo modo, quer dizer *costume, modo de agir*. Essa identidade existente entre elas marca a tendência em serem tratadas como a mesma coisa.¹⁷

Para Passos embora, moral tenha origem no latim e ética tenha origem no grego, verifica-se que na etimologia, as duas palavras possuem a mesma significação. Talvez devido a essa origem e tradução etimológica seja dado a

¹⁴ BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 37.

¹⁵ BOFF, Leonardo. 2003. p. 37.

¹⁶ CORTELA, Mário Sérgio e TAILLE, Yves de La. **Nos labirintos da moral**. 7ª ed. Campinas, SP: 7 mares, 2009.p.8.

¹⁷ PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações: uma introdução**. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Passos e Passos, 2000. p.21.

entender, que ambas referem-se à mesma coisa. De fato, o conceito etimológico dificulta a compreensão da atual distinção sobre o que é moral e o que é ética. Mas, é preciso ter claro que tanto moral quanto ética são duas vertentes, diferentes uma da outra.

Mais uma vez retomando a doutrina de Jung Mo Sung e José Candido da Silva, dando continuidade no texto já mencionado acima, no capítulo 1 sobre o *porquê da ética* eles fazem uma discussão distinguindo Moral e Ética. Primeiro estabelecendo também o conceito etimológico.

[...] a palavra moral vem do Latim *mos* (singular), e *mores* (plural), que significa costumes. Por isso, muitos utilizam a expressão “bons costumes” como sinônimo de moral ou moralidade.

Quando todos aceitam os costumes e os valores morais estabelecidos na sociedade não há necessidade de muita discussão sobre eles. Mas, quando surgem questionamentos sobre a validade de determinados valores ou costumes, surge a necessidade de fundamentar teoricamente estes valores vividos de uma forma prática; e, para aqueles que não concordam, a de criticá-los. Aqui aparece o conceito de *ética*, que vem do grego *ethos*, modo de ser, caráter.¹⁸

Fazendo uma analogia ao conceito etimológico apresentado por Passos visualiza-se que, os autores distinguem etimologicamente moral como costumes, e, ética como modo de ser relacionado ao caráter do indivíduo. E não como tendo a mesma significação para ambos os conceitos traduzidos do Latim como apresentou Passos.

Vale então dar continuidade à reflexão, lembrando que Sung e Silva, chamam a atenção para o estabelecimento da separação dos conceitos. Definindo o que seria ética diferente de moral, escrevem:

Quando se diferencia a ética da moral, geralmente visa-se distinguir o conjunto das práticas morais cristalizadas pelo costume e convenção social dos princípios teóricos que as fundamentam ou criticam. O conceito ética é usado aqui para se referir à teoria sobre a prática moral. Ética seria então uma reflexão teórica que analisa e critica ou legitima os fundamentos e princípios que regem um determinado sistema moral (dimensão prática).¹⁹

Desta maneira, já percebe-se mais claramente a diferença entre moral e ética segundo os autores citados. Representativamente toma-se dois círculos, um maior e outro menor, coloca-se o menor dentro do maior, tem-se Ética no círculo maior, o

¹⁸ SUNG, Jung Mo e SILVA, José Candido da. 2007. p. 13.

¹⁹ SUNG, Jung Mo e SILVA, José Candido da. 2007. p. 13.

todo que engloba a moral, o círculo menor. A ética rege a moral. A crítica, a domina e a fundamenta. A moral é parte da ética, é o costume agindo nos fundamentos da ética.

Relembra-se também Sung e Silva, quanto a estabelecer critérios éticos e posturas morais para definir ética e moral. Assumindo o critério da própria vida humana, os mesmos relatam:

Partimos do princípio de que as sociedades existem para garantir a sobrevivência dos seres humanos e, mais do que isso, uma existência digna com acesso a tudo que seja necessário ao seu pleno desenvolvimento. E que a função social da moral é exatamente contribuir na obtenção desse objetivo, normatizando as relações entre os seres humanos entre si, com a comunidade e com a natureza. Sendo assim, a vida deve ser o critério para avaliar as atitudes da sociedade e dos indivíduos.²⁰

Tomando como segundo critério a exigência da ética em mudanças de atitudes, Sung e Silva prosseguem afirmando que

Além desse critério devemos considerar que a ética exige mudanças de atitudes. Hoje mais do que nunca a humanidade se dá conta de que vivemos em um mundo globalizado, onde as ações de um repercutem diretamente na vida dos outros. Esta constatação é mais visível quando pensamos nos problemas ecológicos, no racismo e na guerra, que são todos problemas onde as respostas individuais ou grupais não conseguem resolvê-los. A única possibilidade estaria em uma resposta construída com a participação de todos os grupos envolvidos. O que exige a construção de uma ética com princípios e valores aceitos *por* todos e válidos *para* todos, apesar de todas as diferenças.²¹

Quanto às posturas morais, estabelecendo uma diferença sobre a ética, os autores inferem sobre a existência de três posturas que as pessoas adotam frente à questão moral em sociedade: a primeira, postura moral essencialista, definida como

[...] forma de moral tradicional, onde a força dos costumes e das normas desempenha um papel fundamental na manutenção da coesão da sociedade. As regras de conduta moral, o que é bom e o que é mau para as pessoas, já estariam definidas desde sempre, cabendo ao indivíduo somente aceitar tais regras. Sendo que a não-aceitação das regras poderia trazer sérias conseqüências ao indivíduo e a toda a comunidade.²²

A segunda, postura moral individualista, definida como

²⁰ SUNG, Jung Mo e SILVA, José Candido da. 2007. p.41-42.

²¹ SUNG, Jung Mo e SILVA, José Candido da. 2007. p.42.

²² SUNG, Jung Mo e SILVA, José Candido da. 2007. p.43-44.

[...] posição onde cada indivíduo encontra em si mesmo o critério para julgar [...] adotou-se a máxima “cada um por si”, e as pessoas passaram a ter um comportamento egoísta, buscando apenas o próprio interesse. É a famosa lei de querer “levar vantagem em tudo”, muito estimulada numa sociedade baseada na concorrência, como é a sociedade capitalista, onde subir na vida implica, muitas vezes, em utilizar os outros como degraus. Neste caso o ser humano deixa de ser visto como um fim em si mesmo e passa a ser visto como meio.²³

E a terceira postura moral apresentada é a que denominam como ética da responsabilidade:

[...] Nessa perspectiva cada grupo social determina consensualmente os padrões de conduta que devem ser seguidos pelos indivíduos desse grupo. Estes padrões porém não devem ser vistos como universais e imutáveis, mas sim relativos a cada situação determinada e sempre sujeitos a mudanças, caso a comunidade as julgue necessárias. A diferença básica entre a ética da responsabilidade e as outras posturas que vimos anteriormente é que ela não se orienta somente por princípios, mas principalmente pelo contexto e pelos efeitos que podem causar nossas ações.²⁴

Sung e Silva apresentam ética e moral como dimensões diferentes uma da outra. A ética, embora apresente a necessidade de critérios para defini-la, é vista de forma universal e, a moral apresentada em suas três posturas, é vista sempre como normatizadora, seja individualmente ou coletivamente. Mesmo denominando a terceira postura como ética da responsabilidade, verifica-se que se trata de questão moral, pois, refere-se à concretização de padrões de conduta que devem ser seguidos e respeitados por um determinado grupo social.

Eliseu Martins, Diretor da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, junto com seu coordenador Lázaro Plácido Lisboa, em seu livro *Ética geral e profissional em Contabilidade*, faz uma separação entre ética e moral, definindo

A moral, como sinônimo de ética, pode ser conceituada como o conjunto das normas que, em determinado meio, granjeiam a aprovação para o comportamento dos homens.

A ética, como expressão única do pensamento correto, conduz à idéia da universalidade moral, ou ainda, à forma ideal universal do comportamento humano, expressa em princípios válidos para todo o pensamento normal e sadio.²⁵

²³ SUNG, Jung Mo e SILVA, José Candido da. 2007. p.47.

²⁴ SUNG, Jung Mo e SILVA, José Candido da. 2007. p.50.

²⁵ MARTINS, Eliseu e LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em Contabilidade**. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.p. 24.

Elizete Passos lembra que alguns autores estabelecem uma diferença entre ética e moral, mesmo tendo as duas palavras um estreito vínculo no seu conceito. De tal forma, pode-se entender a diferença entre moral e ética, quando Passos, faz alusão a Adolfo S. Vásquez (1975), ao final da sua doutrina, quando ela afirma que:

Para eles, a *moral*, enquanto norma de conduta, refere-se a situações particulares e quotidianas, não chegando a superação desse nível. A ética é destituída do papel *normatizador*, ao menos no que diz respeito aos atos isolados, torna-se *examinadora da moral*. Exame que consiste em reflexão, em investigação em teorização. Poder-se-ia dizer que a *moral normatiza, direciona* a prática das pessoas, e a ética *teoriza sobre as condutas*, estudando as concepções que dão suporte à moral. São, pois, dois caminhos diferentes que resultam em dois *status* também diferentes; o primeiro, de *objeto*, e o segundo, de *ciência*. Donde deduzimos que a ética é a ciência da moral. Como afirma Vásquez (1975, p.12): 'a Ética é a ciência que estuda o comportamento moral dos homens na sociedade'.²⁶

Fica, assim, segundo os autores pesquisados, estabelecida a diferença existente entre ética e moral. Reitere-se, mais uma vez, nesta compreensão, a moral inserida na ética como objeto, como parte, enquanto que a ética é o todo, que está acima da moral, que é a ciência que conduz a moral.

1.3 – Entendendo ética do cuidado

Compreendido o que é ética e, entendido a diferença entre ética e moral, se faz necessário conceituar a ética do cuidado, para dar seguimento ao estudo. Afinal, é exatamente este ponto que tem relevância na escrita deste trabalho. Porém, foi preciso entender o que significa ética e distingui-la de moral para entender o que significa a ética do cuidado.

Conforme definido anteriormente, a ética é universal, perpassa toda a conduta humana, engloba a moral. Mas, o que seria a ética do cuidado? Para isso, é preciso conceituar primeiro o que é cuidado, para em seguida estabelecer a junção da ética com o cuidado.

²⁶ PASSOS, Elizete. 2000. p.21.

A palavra cuidado vem do Latim *coera*, que significa cura. Em sentido antigo, a palavra cura era usada para expressar um contexto de relação entre os seres humanos de amor e amizade. Queria também, expressar a atitude de cuidado, desvelo, de preocupação e de inquietação pelo objeto ou pela pessoa amada.

Leonardo Boff, em seu artigo “O cuidado essencial: princípio de um novo ethos” após apresentar a filologia da palavra cuidado, o autor segue relatando:

Outros derivam cuidado de *cogitare-cogitatus* e de sua corruptela *coyedar, coidar, cuidar*. O sentido de *cogitare-cogitatus* é o mesmo de cura: cogitar e pensar no outro, colocar a atenção nele, mostrar interesse por ele e revelar uma atitude de desvelo, até de preocupação pelo outro. O cuidado somente surge quando a existência de alguém tem importância para mim. Passo então, a dedicar-me a ele; disponho-me a participar de seu destino, de suas buscas, de seus sofrimentos e de suas conquistas, enfim, de sua vida.²⁷

Martin Heidegger (apud DALBOSCO, 2006), filósofo, considerado como o precursor da ética do cuidado, em seu texto *Ser e Tempo* (Sein und Zeit, 1926), onde dedica os capítulos 39 ao 44, ao cuidado, usou a palavra cura como um dos sinônimos eruditos vistos acima. Heidegger afirma que o cuidado deve ser a essência do *Dasein*, o qual ele conceitua como sendo o “ser humano que se compreende a si mesmo, e enquanto tal, é um ser de possibilidades tanto à impropriedade como à propriedade. Isto é possui um poder-ser que pode voltar-se tanto à inautenticidade como a autenticidade”.²⁸ Desta forma Heidegger (apud DALBOSCO, 2006) apresenta o conceito de cuidado afirmando que “cuidado não significa outra coisa, em seu sentido ontológico-existencial, do que a compreensão da vida humana em sua dimensão de totalidade, enquanto decadência, faticidade e existencialidade”.²⁹

Heidegger (apud Dalbosco, 2006), conclui que o conceito de cuidado seria:

[...] neste sentido, a dimensão existencial da ação assumida pelo ser humano para, consciente de sua temporalidade e historicidade, se formar a si mesmo por meio da postura dialógico-compreensiva com os outros e com as coisas. Mas este formar-se a si mesmo só adquire sentido na medida em que o ser humano se descobre e se autocompreende como um ser

²⁷ BOFF, Leonardo. **O cuidado essencial: princípio de um novo ethos**. Artigo. Inclusão social, Brasília. V. 1. P. 28-35. Out/mar., 2005. p. 28-29.

²⁸ DALBOSCO, Cláudio Almir. **O cuidado como conceito articulador de uma nova relação entre Filosofia e Pedagogia**. Edu. Soc., Campinas, v. 07, n. 97. p. 1113-1135, set./dez.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a03v2797.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2009. p.1131.

²⁹ DALBOSCO, Cláudio Almir. 2006. p.1131.

incompleto que enquanto tal, precisa buscar permanentemente sua completude, mesmo sabendo que jamais pode alcançá-la definitivamente.³⁰

Carlos V. Estevão³¹ (2005), apresenta em seu artigo *Multiculturalidade, Cosmopoliticidade e Eticidade numa educação democrática*, o conceito de ética do cuidado ligado à justiça. Por ser a justiça, por vezes incapaz de resolver exigências desiguais ou em conflitos, cabendo assim uma ética mais generosa. Ele apresenta diversos teóricos conceituando a ética do cuidado para então, justificar sua fala. Inferindo Boff (1999) quando o mesmo se reporta a Heidegger (1926), Estevão (2005) apresenta:

[...] Uma ética do cuidado implica em uma preocupação pelas coisas e a solicitude pelos seres humanos, o que leva a que o eu autêntico se ligue intimamente com as coisas e os seres cuidando delas nas práticas cotidianas, desde logo pelo pensamento que surge, então, como um modo de que os seres tem para cuidar ou tratar dos outros.³²

Já inferindo Freire (1979:44) o autor lembra que “a ética do cuidado é, assim, uma outra forma de reconhecimento, de morar com os outros, de “ad-mirarmos” o outro a partir do qual “olhamos aquilo que nos faz ver”.³³ O autor também aponta a doutrina de Gilligan (1977) que:

[...] pensa que a ética do cuidado é um modo diferente de ver o mundo, que organiza quer o pensamento quer o sentimento, que se inscreve numa lógica de responsabilidade, de atenção, de harmonia, de não-violência, de compaixão, de auto-sacrifício, de interdependência, de inter-relação entre cognição, emoção e ação, tornando-se por conseguinte, numa “voz diferente” da voz da justiça Kohlbergiana (Esta estaria mais presa a racionalidade abstrata, impessoal e universalizável).³⁴

Na sequência, o autor ressalta:

Esta expressão da ética, contudo, não muda a prioridade da justiça, antes a promove e a contextualiza ao mesmo tempo que amplia a esfera pública enriquecendo-a com outras competências (como as da dádiva e do altruísmo desinteressado ou o afeto pelos mais fracos e indefesos), com outros valores (como os da responsabilidade, da solidariedade, da sensibilidade social). Ou seja, eu entendo a ética do cuidado no sentido não

³⁰DALBOSCO, Cláudio Almir. 2006. P. 1131-1132.

³¹ Professor Associado com agregação do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade de Minho, Braga: Portugal.

³² ESTEVÃO, Carlos V. **Multiculturalidade, cosmopoliticidade e eticidade numa educação democrática**. Artigo. V. Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife, PE. De 19 a 22 de setembro de 2005. p.6.

³³ ESTEVÃO, Carlos V. 2005, p.6.

³⁴ ESTEVÃO, Carlos V. 2005, p.6

tanto do desenvolvimento moral mas do desenvolvimento de uma ética como libertação ou luta contra a opressão e subjugação (que não apenas a de raiz sexista e de gênero) tornando-se, por este aspecto, universal na condenação de exploração e o sofrimento. Além disso, essa ética pode introduzir na esfera pública uma moralidade capaz de humanizar as suas práticas e inverter, assim, a tendência a ser interpretada como uma peça de subjugação oposta à emancipação.³⁵

E finalmente conclui o seu pensamento quanto à ética do cuidado ligada à justiça:

Trata-se, portanto, de uma ética politizada, que vai além das relações interpessoais, mas, que preocupa com o nosso estar no mundo como seres solidários, como o modo como o cuidado pode funcionar social e politicamente, que se concentra nas condições de subjugação e opressão da sociedade atual, isto é que cuida e pensa a diferença como relevando, sobretudo, da posição social. Este modo de ver liberta o cuidado como categoria do privado e inclui-o na esfera pública. A ética do cuidado tem, portanto, muito a ver com a justiça como reconhecimento, mas também como redistribuição e intenta reforçar a vibração afetiva da racionalidade emancipadora.³⁶

Veja-se o que diz Leonardo Boff, quando apresenta a ética do cuidado como sendo uma necessidade intrínseca à sobrevivência do ser humano. Está intimamente ligado ao amor. E mostra que o cuidado não é algo apenas contemporâneo, mas sim, já referendado a milhões de anos como necessidade.

O cuidado ganhou centralidade com a emergência do ser humano há sete milhões de anos. A essência humana, segundo uma tradição filosófica que vem do escravo Higinio, bibliotecário de César Augusto, que nos levou a famosa fábula do cuidado até Martin Heidegger (Ser e Tempo, 1926), o filósofo, reside exatamente no cuidado.

O cuidado é aquela condição prévia que permite o eclodir da inteligência e da amorosidade, o orientador antecipado de todo comportamento para que seja livre e responsável, enfim tipicamente humano. Cuidado é o gesto amoroso para com a realidade, gesto que protege e traz serenidade e paz. Sem cuidado, nada que é vivo sobrevive. O cuidado é a força maior que se opõe à lei de entropia, o desgaste natural de todas as coisas, pois tudo de que cuidamos dura muito mais. [...] O cuidado surge na consciência coletiva sempre em momentos críticos. [...] Aqui se funda o *ethos* que ama e cuida.³⁷

Boff relata ainda sobre o cuidado, especificamente como o *ethos* que cuida relacionando-o ao amor:

³⁵ ESTEVÃO, Carlos V. 2005, p.6

³⁶ ESTEVÃO, Carlos V. 2005, p.7.

³⁷ BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 22.

Quando amamos, cuidamos e quando cuidamos, amamos. Por isso o ethos que ama se completa com o ethos que cuida. O “cuidado” constitui a categoria central do novo paradigma de civilização que forceja por emergir em todas as partes do mundo.³⁸

Ainda, o autor conceitua o cuidar e cuidado:

Cuidar das coisas implica ter intimidade com elas, senti-las dentro, acolhê-las, respeitá-las, dar-lhe sossego e repouso. Cuidar é entrar em sintonia com as coisas. Auscultar-lhe o ritmo e afinar-se com ele. Cuidar é estabelecer comunhão. [...] Cuidado é aquela energia que continuamente faz surgir o ser humano.³⁹

É importante ressaltar que o cuidado consiste em sobrevivência. Cuidar é sobreviver. E tratando-se de seres humanos, precisa-se ter consciência de que se depende da Natureza para sobreviver. Logo, é imprescindível a condição do cuidado também voltado à Natureza. Afinal, também se faz parte da Natureza.

Depreende-se do texto de Boff, ao refletir sobre o cuidado, a condição do ser humano enquanto animal racional pertencente à Natureza. O ser humano é o único animal que, embora racional detentor do dedo opositor (polegar), se autodestrói. Toma-se como exemplo, os animais ferozes. Eles não se autodestroem. Eles caçam e matam outra espécie para comer, obedecendo a Lei da Natureza em sua cadeia alimentar. O homem cria tecnologias para praticamente usar contra sua própria espécie. E contra a Natureza. Que é condição fundamental existencial para sua espécie.

Boff lembra que a falta de cuidado é condição *sine qua non* para levar à destruição.

A falta de cuidado no trato da Natureza e dos recursos escassos, a ausência de cuidado com referência ao poder da tecnologia que construiu armas de destruição em massa e de devastação da biosfera e da própria sobrevivência da espécie humana nos está levando a um impasse sem precedentes. Ou cuidamos ou pereceremos.⁴⁰

O cuidado é condição essencial para a sobrevivência do ser humano. Tanto para as gerações futuras quanto para a atual, mediante ajustes do que foi descuidado no passado tem, assim, uma dúplice finalidade:

³⁸ BOFF, Leonardo. 2003. p. 48.

³⁹ BOFF, Leonardo. **O cuidado essencial: princípio de um novo ethos**. Artigo. Inclusão social, Brasília. V. 1. P. 28-35. Out/mar., 2005. p. 31, 34.

⁴⁰ BOFF, Leonardo. 2003. p. 48.

O cuidado assume uma dupla função: de prevenção a danos futuros e de regeneração de danos passados. O cuidado possui esse condão: reforçar a vida, zelar pelas condições físico-químicas, ecológicas, sociais e espirituais que permitem a reprodução da vida e de sua ulterior evolução.⁴¹

Boff fala ainda que, é preciso encontrar um equilíbrio entre a utilização racional das virtualidades da Terra e sua preservação para que o ser humano de hoje e do futuro possam existir. Isso se dará através da sustentabilidade, que atualmente virou preocupação para muitas empresas. Com isso, lembra a fábula do cuidado aferida por Higino, bibliotecário de César Augusto e filósofo:

O correspondente ao cuidado em termos ecológicos-políticos é a “sustentabilidade” que visa encontrar o justo equilíbrio entre a utilização racional das virtualidades da Terra e sua preservação para nós e para as gerações futuras. Talvez aduzindo a fábula do cuidado, conservada por Higino (+17, d.C.), bibliotecário de César Augusto e filósofo, entendamos melhor o significado do *ethos* que cuida.

“Certo dia, Cuidado, passeando nas margens do rio, tomou um pedaço de barro e o moldou na forma de um ser humano. Nisso apareceu Júpiter e, a pedido de Cuidado, insuflou-lhe espírito. Cuidado quis dar-lhe um nome, mas Júpiter lho proibiu, querendo ele lhe impor o nome. Começou uma discussão entre ambos.

Nisso apareceu a Terra, alegando que o barro era parte de seu corpo e que, por isso, tinha o direito de escolher um nome. Gerou-se uma discussão generalizada e sem solução.

Então todos aceitaram chamar Saturno. O velho deus ancestral, senhor do tempo, para ser o árbitro. Este deu a seguinte sentença, considerada justa:

Você, Júpiter, deu-lhe o espírito, receberá o espírito de volta quando esta criatura morrer. Você, Terra, forneceu-lhe o corpo, receberá o corpo de volta quando esta criatura morrer. E, você, Cuidado, que foi o primeiro a moldar a criatura, acompanhá-la-á por todo o tempo em que ela viver.

E como vocês não chegaram a nenhum consenso sobre o nome, decido eu: chamar-se-á homem, que vem de húmus que significa terra fértil”.

Esta fábula está cheia de lições. O cuidado é anterior ao espírito infundido por Júpiter e anterior ao corpo emprestado pela Terra. A concepção corpo-espírito não é, portanto, originária. Originária é o cuidado “que foi o primeiro a moldar o ser humano” O Cuidado o fez com “cuidado”, zelo e devoção, portanto com uma atitude amorosa.⁴²

Percebe-se que o cuidado precede à existência do homem. É antes de tudo condição essencial para sua existência. Por exemplo, uma mulher grávida. Antes mesmo do nascimento do bebê, a condição de cuidado se torna essencial. Desde o acompanhamento médico pré-natal do bebê, quanto o cuidado com o próprio ser, que durante a gestação será o corpo emprestado do bebê. Cuida-se da alimentação adequada para que o bebê também possa se fortificar. Cuida-se para não sofrer

⁴¹ BOFF, Leonardo. 2003. p. 48

⁴² BOFF, Leonardo. 2003. p. 48-50.

lesões para que não atinjam o bebê. Cuida-se quanto à ingestão de vitaminas para o bebê. Cuida-se para não contrair patologias que possam prejudicar a vida da gestante e a do bebê, bem como sua formação genética. Cuida-se para que possa nascer/existir. Cuida-se, inclusive, de como receber o bebê após seu nascimento. Seu enxoval, seu acompanhamento pediátrico, seu quarto, sua família... Enfim, nesta fábula Boff, mostra exatamente essa condição prévia existencial do ser humano. O cuidado torna-se parte constituinte do ser humano. Sem o cuidado o homem não existe. E se a condição de cuidado não acompanha a existência do homem, este acabará morrendo e deixará de existir.

Boff chama a atenção para a necessidade de passar a vigorar nas vivências sociais e pessoais a relação com o *ethos*⁴³ que cuida e ama. Se há cuidado, é porque há amor. De tal forma, haveria uma sociedade mais humanizada. Todos cuidariam de todos. Logo, todos amariam a todos. E cuidar e amar faz bem. Segundo o autor “o *ethos* que cuida e ama é terapêutico e libertador. Sana chagas, desanuvia o futuro, traz segurança, exorciza medos e cria esperança”.⁴⁴

E na contemporaneidade não vemos muito o “cuidado” para com o outro ser vivente. Seja a própria espécie humana, seja a Natureza. Neste contexto Boff cita Rollo May, psicanalista, quando ele diz que:

Na atual confusão de episódios racionalistas e técnicos, perdemos de vista o ser humano. Devemos voltar humildemente ao simples cuidado. É o mito do cuidado, e somente ele que nos permite resistir ao cinismo e à apatia, doenças psicológicas do nosso tempo.⁴⁵

Continuando a reflexão sobre o cuidado, Boff em seu texto *A ética e a formação de valores na sociedade*, apresenta o conceito de cuidado:

O cuidado é uma atitude amorosa para com a vida, protege a vida, quer expandir a vida. E toda a vida precisa de cuidado. [...] O cuidado é o orientador antecipado de todos os seus atos. Vem antes do pensamento,

⁴³ Ethos: domicílio, moradia, abrigo permanente, o lugar onde habitamos e nos reconhecemos como pessoas. O ethos não é algo acabado, redondo, mas, sempre aberto e projetado, em transformação, numa nova ética que nos permite setirmo-nos bem em casa. In: RATEKE, Deise. A Negação da violência como prática da liberdade: o cuidado de si como estratégia e princípio de uma formação ética. Reunião anual da ANPEd, (Associação Nacionalde Pós-Graduaçãoe Pesquisa em Educação), 28., 2005, Caxambu, MG: Trabalhos –GT06 – Educação Popular. Caxambu, MG: ANPEd, 2005. p.4.

⁴⁴ BOFF, Leonardo. 2003. p. 50.

⁴⁵ MAY, Rollo. **Eros e repressão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982 in: BOFF, Leonardo. 2003. p. 50.

antes da criatividade, antes da liberdade. Tudo o que o ser humano faz tem de fazer com cuidado, senão pode ser desastroso, destrutivo.⁴⁶

Leonardo Boff, também faz alusão à Martin Heidegger, filósofo, que dedicou os capítulos 39 a 44 do seu livro *Ser e Tempo* à fomentação da ética do cuidado. Aqui, Boff lembra que Heidegger apresenta o cuidado de forma essencial para com a própria vida, consigo mesmo, com o futuro, com a Natureza, com os ecossistemas. Enfim, com toda a essência viva existente no planeta, que contribuem para a sobrevivência do homem. E completa:

Portanto, o cuidado é a dimensão fundamental dos seres humanos. Nós cuidamos de tudo aquilo que amamos, e amamos tudo aquilo de que cuidamos. Hoje, mais do que nunca, precisamos dessa ética mínima ligada à própria vida.⁴⁷

Neste sentido, convido o leitor a fazer uma breve reflexão sobre como está vivendo atualmente. O planeta, a Natureza, os povos... Quantas guerras oriundas de razões ínfimas, como, por exemplo, a intolerância religiosa entre povos da mesma espécie: humana. Guerras por poder financeiro, por fronteiras... Matam uns aos outros como se fossem bonecos insensíveis à dor. Não esquecendo a violência urbana onde morre-se por causa de um par de tênis, por intolerância quanto à escolha da sexualidade, mata-se por alguns trocados, mata-se e morre-se por perderem o sentido da vida e acreditarem que podem desfazer a vida do outro também – que não tem nada haver.

É preciso reinventar um novo paradigma para a condição de existência do ser humano em harmonia consigo mesmo e com o outro. E a ética do cuidado vem com esse intuito. Ao praticar a ética do cuidado consigo e com o outro se está garantindo a própria sobrevivência. Conscientizar as pessoas de que o *nós* está no *outro*, reportando Edgar Morin, em sua teoria da complexidade, conscientizar de que quando se cuida do outro, cuida-se de si mesmo, não é tarefa fácil. O que se vive é o tempo da Moral Individualista como fala Jung Mo Sung e José Cândido Silva, como foi visto anteriormente neste estudo. Chegará um momento que será preciso

⁴⁶ BOFF, Leonardo. **A ética e a formação de valores na sociedade**. Ano 4. n. 11. São Paulo, SP: Instituto Ethos, Outubro de 2003. p.08. (Publicação na íntegra de mesa-redonda realizada em 12 de junho de 2003, na Conferência Nacional 2003 – Empresas e Responsabilidade Social do Instituto Ethos, em São Paulo.)

⁴⁷ BOFF, Leonardo. **A ética e a formação de valores na sociedade**. Ano 4. n. 11. São Paulo, SP: Instituto Ethos, Outubro de 2003. p.08. (Publicação na íntegra de mesa-redonda realizada em 12 de junho de 2003, na Conferência Nacional 2003 – Empresas e Responsabilidade Social do Instituto Ethos, em São Paulo.)

reinventar a humanidade. E ensiná-la a cuidar um do outro para garantir sua sobrevivência. Mas, o cuidar seria algo a ser ensinado? Ou algo já inato ao ser humano? Re-educar seria talvez a palavra correta neste momento.

Quanto a isso, Boff cita que:

Ninguém precisa ensinar cuidado a ninguém. Uma criança sabe que não pode pisar em casca de banana e tem de cuidar de seu caderno, de sua roupa. E, no entanto, nos demos conta de que hoje o mundo é atravessado por uma grande falta de cuidado em todos os aspectos. Cidades abandonadas, crianças e jovens desassistidos, a economia devastada por processos especulativos, ecossistemas descuidados, o planeta entregue à própria sorte. É preciso elaborar uma ética do cuidado, que funciona como um consenso mínimo a partir do qual todos possamos nos amparar e desenvolver uma atitude cuidadosa, protetora e amorosa para com a realidade.⁴⁸

E mais, o autor lembra que “pelo cuidado nos aproximamos das coisas para entrar em comunhão com elas, reponsabilizar-nos pelo bem-estar delas e socorrê-las no sofrimento”.⁴⁹ Entende-se que tudo que se fizer com cuidado, será sempre bem feito e revelará outro ser humano a partir desse resgate do cuidador.

É interessante ressaltar que o cuidado, segundo alguns autores, está ligado ao feminino. Leonardo Boff também demonstra este pensar quando afirma que para que se possa ter paz nas relações do eu com o outro, em tempos contemporâneos de guerras e moralismo individual, é preciso reencantar a natureza do ser, como já visto anteriormente. Contudo, isso não se dá de forma espontânea. Esse reencantamento está ligado a algo mais profundo do ser. Ele irrompe do ser, a partir de uma nova experiência espiritual gerando um novo sentido de ser. Sobre essa experiência, Boff relata que eclode em cada um dos seres humanos conscientemente da dimensão psicológica da *anima*, presente em homens e mulheres fomentando, assim, o cuidado. O autor afirma que:

O feminino em nós é aquela energia estruturadora que nos torna sensíveis a tudo o que tem a ver com a vida e a cooperação, que capta o valor dos fatos, que lê a mensagem secreta, emitida por todos os seres, que identifica o fio condutor que liga, e re-liga as partes no todo e o todo à Fonte originária donde tudo provém. O feminino nos ensina a cuidar de tudo com

⁴⁸ BOFF, Leonardo. **A ética e a formação de valores na sociedade**. Ano 4. n. 11. São Paulo, SP: Instituto Ethos, Outubro de 2003. p.08. (Publicação na íntegra de mesa-redonda realizada em 12 de junho de 2003, na Conferência Nacional 2003 – Empresas e Responsabilidade Social do Instituto Ethos, em São Paulo.)

⁴⁹ BOFF, Leonardo. 2003. p. 57.

estranhável zelo. O cuidado constitui a essência da alma e aquela
precondição necessária para que a vida continue vida.⁵⁰

O cuidado embora seja um termo masculino possui uma essência fundamental no feminino. É comum ver a figura da mulher como cuidadora. É a mulher que promove o cuidado com os(as) filhos(as), com a arrumação da casa, com a alimentação, com a educação das crianças, com estar-limpo, com a saúde. Enquanto a figura do homem, embora a mulher tenha alcançado o mesmo espaço no mercado de trabalho, é comum ainda vê-la na condição do trabalhador para gerar recursos para movimentar a organização da casa e sustento da família. A mulher é a mão que afaga. É o colo que envolve e abraça. É o braço que com carinho acalenta, é a canção que acalma e faz dormir tranquilo. Claro que sem desmerecer os homens, pois, sabe-se que muitos assumem o papel de mães e com louvor. É exatamente nesse ponto que Boff se expressa, é esse momento feminino no homem, que a “alma”⁵¹ se faz presente e lhe promove a essência do cuidado.

Nel Noddings (2003) também apresenta o cuidado como algo feminino. Ela lembra que:

O cuidado da mãe pelo filho, do adulto humano pelo bebê humano, desperta os sentimentos mais ternos na maioria de nós. Na verdade para muitas mulheres, esse sentimento de cuidado está no próprio âmago do que estabelecemos como bom. [...] Podemos observar que o homem (ao contrário da mulher) tem se afastado continuamente do seu *self* e sentimento interiores em busca da ciência e da ética.⁵²

Para Noddings, além do cuidado apresentar-se como feminino, existem duas formas de cuidado: o cuidado natural e o cuidado essencial. O cuidado natural é algo que ocorre de forma instantânea, naturalmente. Por exemplo, se um bebê está com a fralda suja, é natural que seja feita a troca da fralda, da mesma forma, a alimentação, se um bebê chora no horário comum a ser alimentado, de imediato providencia-se dar-lhe o alimento. Isso é um cuidado natural. O cuidado essencial é uma resposta à recordação do primeiro cuidado. É a essência da necessidade de cuidar naturalmente. Uma das condições para essa essência acontecer, é cuidar. Se cuidou-se no passado, cuida-se no presente e no futuro, pois foi proporcionado o

⁵⁰ BOFF, Leonardo. 2003. p. 18.

⁵¹ Alma: Latim. Segundo Boff, base feminina que se faz presente nos seres humanos inclusive no homem, que justifica a existência e necessidade do cuidar com delicadeza e zelo.

⁵² NODDINGS, Nel. **Uma ética do cuidado**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2003. p.115.

cuidar. Quem cuida, será cuidado. Essa essência do cuidado constitui-se a ética do cuidado. Quanto a isso, Noddings relata:

Tenho um quadro desses momentos em que fui cuidada e em que cuidei, e posso ter essa lembrança e orientar minha conduta por ela, se assim quiser. Reconhecer que o cuidado ético exige um esforço necessário no cuidado natural não nos compromete a uma posição que eleva o cuidado ético acima do cuidado natural. Kant, identificou o ético com aquilo que é feito por dever e não por amor, e essa distinção em si parece certa. Mas uma ética construída sobre o cuidado esforça-se para manter a atitude de cuidado e por isso é dependente de e não superior ao cuidado natural. A fonte de comportamento ético está, então, em sentimentos duplos – um que sente diretamente pelo outro e um que sente para e com esse melhor *self*, que pode aceitar e manter o sentimento inicial, em vez de rejeitá-lo. [...] Quando discutimos o ideal ético, vamos começar falando sobre a virtude, mas não vamos deixar a virtude dissipar –se nas virtudes descritas em categorias abstratas.[...] A virtude descrita pelo ideal ético da cuidadora é construída na relação. Ela atinge o outro e se desenvolve em resposta ao outro.⁵³

Além de pensar cuidado como feminino, Noddings concorda com Boff, quando deixa claro que a condição do cuidado como essência e para a sobrevivência humana requer que cada um se encontre no *outro*. A existência do outro pressupõe a existência de si. Quando o outro se reconhece no outro, cuida-se, do outro, e automaticamente se está cuidando de si mesmo. Da mesma forma, o outro se percebe como o *outro* dele e também cuidará de si dando continuidade a um fazer constante a que aqui se denominará de ciclo permanente de cuidado.

Para que isso ocorra, Noddings defende que haja uma condição inata no ser em cuidar. Como uma essência do ser. Logo, todos cuidam e são cuidados. Quando se rejeita cuidar, não se pode ser cuidado. É estar abrindo mão do próprio cuidado. Desta maneira não se caracteriza uma ética do cuidado essencial, que se apresenta como condição inata ao ser. Subtende-se apenas a existência do cuidado natural. Porém, é preciso ter consciência que, para o cuidado essencial poder se configurar, é preciso que o cuidado natural tenha sido exercido. Por isso a condição da essência inata do cuidado deve prevalecer. Deve ser algo que venha de uma fonte originária como relatou Boff. Do ser *ethos*. O cuidado essencial urge da propagação do cuidado natural. Lembrando o parágrafo anterior: quem foi cuidado, cuidará.

Noddings, em seu texto, *Uma ética do cuidado* relata sobre isso quando escreve:

⁵³ NODDINGS, Nel. 2003. p.106.

Na verdade, estou afirmando que o impulso de agir em benefício do outro presente é em si inato. Está latente em cada um de nós, esperando o desenvolvimento gradual em uma sucessão de relações de cuidado. Estou sugerindo que a nossa inclinação para a moralidade – e o interesse nela – derivam do cuidado. No cuidado, aceitamos o impulso natural de agir em benefício do outro. Estamos absorvidos no outro. Nós o recebemos e sentimos seu sofrimento ou sua felicidade, mas não somos impelidos por esse impulso. Temos uma escolha; podemos aceitar o que sentimos ou podemos rejeitá-lo. Se temos um desejo forte de ser morais não rejeitaremos, e esse forte desejo de ser moral, deriva, refletidamente, do desejo mais fundamental e natural de estar e permanecer relacionado. Rejeitar o sentimento quando ele surge é estar em um estado interno de desequilíbrio ou contribuir obstinadamente para a diminuição do ideal ético. [...] Nem sempre podemos decidir com certeza se a nossa resposta de cuidado é natural ou ética. Na verdade, a decisão de responder eticamente como cuidadora pode provocar a queda de barreiras que anteriormente impediam a recepção do outro, e pode ocorrer então o cuidado natural.⁵⁴

É preciso haver a identificação do outro, e a condição da essência do cuidado presente em cada ser, para que haja e existência da ética do cuidado. Mas, como perceber o outro? Se em muitas vezes se está tão distante deles, seja geograficamente, seja na condição das espécies? Infelizmente, não há condição de cuidar de tudo e todos constantemente. É certo que não dá para cuidar presencialmente das crianças famintas na África estando residindo no Brasil, mas, sabe-se que de certa forma pode-se contribuir à distância através de outros meios para ajudá-las. Não parece viável cuidar de animais selvagens, se a condição de perigo é existente. Torna-se bastante difícil cuidar da limpeza das praias de Cancun no México, diretamente do Brasil.

Com isso, percebe-se que o cuidado é dotado de limites. Porém, não deve ser essa condição existencial do limite que deva impedir de cuidar. É preciso cuidar dos que estão ao redor, presente no meio social em que se vive. E verifica-se que até mesmo essa condição torna-se restrita, haja vista que, o medo do outro, que é desconhecido, é condição legítima existente na sociedade, devido, como visto anteriormente, à configuração de uma sociedade moralmente individualista e violenta. E além disso, muitos - que não foram cuidados – não se permitem ser cuidados, e não pensam em cuidar e modificar sua situação. Nesse sentido, a autora sustenta que:

[...] Há um medo legítimo do estranho que está próximo – daquela pessoa que pode solicitar mais do que nos sentimos capazes de dar. Vimos que não podemos cuidar de todos. Quando tentamos fazê-lo, o próprio cuidado

⁵⁴ NODDINGS, Nel. 2003. p.110-111.

é reduzido a uma mera conversa sobre o cuidado. Devemos reconhecer, então, que uma ética do cuidado implica um limite em nossa obrigação.⁵⁵

Por muitas vezes, estabelecem-se laços de cuidado com quem se conhece, ou até mesmo quem se desconhece, mas, por se estar próximo um do outro se as pessoas se percebem no desejo de cuidar. Apesar do medo do desconhecido, se configura na existência da ética do cuidado. Aí está a essência da ética do cuidado. Se há esse desejo em cuidar, forma-se um “passe adiante” e todos cuidarão uns dos outros. E deixariam de sentir medo do desconhecido porque estariam acostumados a cuidar e ser cuidado. Quanto a isso Noddings relata que:

Se o outro em benefício de quem devemos agir é capaz de responder como objeto do cuidado e não há condições objetivas que impeçam nosso recebimento dessa resposta – ou seja, se o nosso cuidado pode ser completado no outro -, então devemos encontrar esse outro como cuidador. Se não cuidamos naturalmente, devemos apelar para a nossa competência do cuidado ético. Quando estamos em relação ou quando o outro se dirigiu a nós, devemos responder como cuidadores. O imperativo na relação é categórico. [...] Minha preocupação é com o ideal ético, meu próprio ideal ético e qualquer parte dele que as outras pessoas na minha comunidade possam compartilhar. O ideal é que o outro ser humano consiga solicitar como expectativa de uma resposta positiva, minha ajuda e conforto. Se não estou cega pelo medo, pela raiva ou pelo ódio, devo alcançar como cuidadora o estranho que se aproxima e pede a minha ajuda.⁵⁶

É certo que não há a condição de “salvar o planeta” com apenas as próprias mãos, mas, se conscientizar da necessidade da existência e prática da ética do cuidado, pode-se cuidar e ser cuidado, transformando o meio em que se vive, que paulatinamente vai se expandindo pensando em um futuro mais cuidado.

1.4. Construção da dimensão ética e moral da criança de 03 a 05 anos.

Depois de abordar o conceito de ética, a distinção entre ética e moral, e conceituar a ética do cuidado, finalizando o primeiro capítulo deste trabalho, será analisado e como se apresenta a dimensão ética nas crianças de 03 a 05 anos que

⁵⁵ NODDINGS, Nel. 2003. p.113.

⁵⁶ NODDINGS, Nel. 2003. p.114-132.

se encontram presentes na Educação Infantil. De forma clara e sucinta, será abordado o pensamento de alguns teóricos quanto a essa temática.

Piaget (apud Dalbosco, 2006), inicialmente

Pensa o desenvolvimento da estrutura cognitivo-moral da criança como um processo interativo baseado num conceito determinado de ação. No período inicial predomina um conceito de ação pensado a partir da relação entre pares da mesma idade (crianças), considerada a ação do grupo como fator decisivo não só para a estruturação do pensamento, como sobretudo, para a constituição da moralidade da criança e, portanto, na formação de valores morais indispensáveis à sua descentração egocêntrica, como os ideais de cooperação e reciprocidade e a inclusão do outro na perspectiva individual.⁵⁷

Mais tarde, Freitag (apud Dalbosco) vem substituir esse pensamento, demonstrando que Piaget passa a introduzir “a idéia do enraizamento do pensamento infantil na ação, no sentido do comportamento, de atuação do organismo sobre objetos do seu meio imediato, no qual os indivíduos assumem o mesmo estatuto de objetos físicos não mais”.⁵⁸

Porém, “essa última ideia não prevalece, voltando a revelar-se o conceito primeiro em Piaget”⁵⁹, onde a formação moral da criança através da interação passa a demonstrar-se de forma mais criativa e autônoma derrubando a segunda idéia de que a criança fomentaria sua dimensão moral com bases em fatores biológicos. Sendo assim, fica registrado em Piaget que a criança forma a sua dimensão ética no relacionamento com o outro.

Piaget demonstra que a criança, até cinco anos, constrói sua dimensão ética e moral no relacionamento com o outro estabelecendo, de forma unilateral, respeito absoluto para com os mais velhos, onde as regras são totalmente exteriores à criança e obedecidas criteriosamente. Transgredi-las seria entrar em conflito moral. Seria considerado um grave erro. A criança tem no mais velho um modelo a seguir e a obedecer segundo as ordens externadas, porém, ainda não possui a condição para questionar as regras exteriorizadas. Nesta fase, a criança aceita o que lhe é ensinado como que de forma mecânica. Para a criança nesta idade, pensar estar

⁵⁷ DALBOSCO, Cláudio Almir. **O cuidado como conceito articulador de uma nova relação entre Filosofia e Pedagogia**. Edu. Soc., Campinas, v. 07, n. 97. p. 1113-1135, set./dez.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a03v2797.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2009. p.117.

⁵⁸ DALBOSCO, Cláudio Almir. 2006, p. 117.

⁵⁹ DALBOSCO, Cláudio Almir. 2006, p. 117.

fazendo o que é correto é seguir a obediência à ordem que foi dada. A essa condição, Piaget denomina de “moralidade heterônoma”⁶⁰.

Maria Zoê Bellani Espíndola, em seu artigo sobre a temática *O desenvolvimento moral em Lawrence Kohlberg*, fazendo um paralelo com a teoria de Piaget no que tange a esta questão da aquisição moral e ética da criança, referindo-se ao teórico, quando infere sobre a moral heterônoma, afirma:

Segundo o próprio autor em sua obra *O julgamento moral na criança*, está ligada ao realismo moral e as restrições impostas pelos adultos, que implicam na unilateralidade nas relações, exigindo o respeito pela autoridade.⁶¹

Assim, pode-se afirmar que a criança passa a assimilar a moral com base no apelo, no desejo de cooperação com as regras estabelecidas, no medo da coerção social, ou até mesmo no desejo de recompensa. Mas, seja qual for a condição implícita, não há questionamento das regras morais. A criança obedecerá, pois, “ainda não possui uma moral autônoma, onde passa a questionar as regras, e, isso só se dá a partir dos dez anos em diante”.⁶²

Enquanto isso, Yves De La Taille, (apud Santos⁶³, 2006) em seus estudos, concordando com Piaget, observou que a criança, também nesta fase dos cinco anos, entende “a moral como parte de todo o ‘universo físico’, entendendo que a regra existe porque as coisas são assim mesmo, que tudo faz parte do mundo e assim deve ser”.⁶⁴

Retomando, Espíndola e Lyra (2006) citam La Taille (1994, p.52), fazendo alusão a este posicionamento visto acima, onde as autoras afirmam:

LA TAILLE (1994, p.76), complementa as afirmações acima com seus estudos sobre Piaget, onde esse diz que a essa imposição corresponde um

⁶⁰ SANTOS, José Reus dos. **A moral na Infância**. 2006. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=268:a-moral-na-infancia&catid=57:85&Itemid=21>. Acesso em: 18 fev. 2011. p.3.

⁶¹ ESPÍNDOLA, Maria Zoê Bellani Lyra e LYRA, Vanessa Bellani. **O desenvolvimento moral em Lawrence Kohlberg**. Artigo. 2006. p.3. Disponível em: www.ici.ufba.br/twiki/.../moralidadeemlawrencekohberg.pdf. Acesso em: 18 fev. 2011.

⁶² FONTE, Carlos. **Dimensão ética do agir**. Disponível em: <http://afilosofia.no.sapo.pt/10voleticos.htm>. Acesso em: 18 fev. 2011.

⁶³ Professor pesquisador. Advogado, professor universitário da Uniguaçu/Faesi-PR. Formado pela PUCRS e Especialista pela Uniguaçu/Faesi-PR.

⁶⁴ SANTOS, José Reus dos. **A moral na Infância**. 2006. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=268:a-moral-na-infancia&catid=57:85&Itemid=21>. Acesso em: 18 fev. 2011.

tipo de relação social chamado coerção. Embora esse tipo de relação seja, naturalmente, o primeiro porque passa a criança, nascendo, portanto, no seu seio a consciência moral, ele não é suficiente para levar à autonomia, ao contrário, a coerção reforça a heteronomia moral e seu egocentrismo correspondente.⁶⁵

Kohlberg, segundo Espíndola e Lyra (2006), afirma que “a educação moral, consiste mais em promover o raciocínio moral do que propriamente em ministrar conteúdos”.⁶⁶ Assim, o autor dividiu em níveis o desenvolvimento moral da criança. E a esses níveis subdividiu-os em estágios. Aqui, apenas interessa o nível correspondente em que se encontram as crianças de até cinco anos, que trata do objeto de estudo desse trabalho. Segundo Kohlberg, as crianças de dois a aproximadamente seis anos estariam presentes no primeiro nível de aquisição moral, ao qual, denomina de Pré-convencional. Este, está subdividido em dois estágios. O autor refere-se ao nível um, da seguinte forma:

O nível pré-convencional corresponde, em termos gerais, à moralidade heterônoma estudada por Piaget. Nesse nível, a criança interpreta as questões de certo e errado, bom ou mal, em termos das conseqüências físicas ou hedonistas da ação. Toda ação punida é vista como má, e toda ação premiada é moralmente correta. Portanto, este nível de moralidade reduz-se a um conjunto de normas externas, a que se obedece para evitar o castigo, a punição, ou para satisfazer desejos e interesses estritamente individuais. Estágio 1 – Orientação para a punição e a obediência: a) Orientação moral: para a punição e obediência; b) Justificativa dos julgamentos: evitar o castigo e o exercício do poder superior que as autoridades têm sobre o indivíduo; c) Perspectiva sócio-moral: não distingue nem coordena perspectivas. Apenas existe uma perspectiva correta, a da autoridade. Estágio 2 – Hedonismo Instrumental Relativista: a) Orientação Moral: Orientação calculista e instrumental; pura troca; hedonismo e pragmatismo; b) Justificativa dos julgamentos: Servir a necessidade e interesses próprios em um mundo em que há outras pessoas com seus interesses; c) Perspectiva sócio-moral: distingue perspectivas, coordena-as e hierarquiza-as do ponto de vista dos interesses individuais.⁶⁷

De forma geral, Kohlberg, afirma a formação moral da criança, presente na fase da Educação Infantil, de maneira a respeitar a obediência às regras e normas estabelecidas, sobre o que é bom ou mal, dependendo do que se tem em troca: prêmio ou castigo. Isso se dá, através do relacionamento e sob a forma de poder exercida na relação com os mais velhos. Tanto Piaget, quanto La Taille e Kohlberg apresentam o mesmo pensar em relação à aquisição ética/moral da criança na fase

⁶⁵ ESPÍNDOLA e LYRA, 2006, p.3.

⁶⁶ ESPÍNDOLA e LYRA, 2006, p.3

⁶⁷ ESPÍNDOLA e LYRA, 2006, p.6-7.

da Educação Infantil. É através da relação com o outro, este, mais velho, e com o poder de coersão social estabelecido, que a criança determina o que é bom e o que é mau para si, respondendo com obediência e respeito.

É comum agir impondo poder coercitivo sobre crianças dessa idade, e imediatamente sem questionar a ordem, a criança obedece. Pense no educador em sala de aula, quando se mostra em *modelo* para a criança. Às vezes, por obediência em respeito à ordem postulada, outras por medo da punição, ou por desejo da premiação, algumas crianças demonstram um fazer em atenção ao pedido solicitado sem questionar o porquê e seguem adiante, de certa forma, manipulados.

Muitas vezes, a criança responde ao “para casa”, nesta fase, com dedicação por receio ao educador lhes remeter ao castigo por não haver feito, ou até simplesmente, constranger a criança, grafando na “tarefinha” o termo em grandes letras: Não fez! Mesmo, “sem ainda não conseguir questionar, argumentar, a criança, através da observação das regras, já pensa que não está correto agir dessa forma”⁶⁸ e, sua base ética / moral será imposta abalada pela coersão da educação.

Na avaliação na Educação Infantil, como a criança reage com a imposição de ter a necessidade de fazer a avaliação escrita de forma obrigatória? Pensa-se ser inconcebível coagir a criança que ainda em sua moral heterônoma não consegue questionar, argumentar, sobre a realização de tal tarefa. Mesmo sabendo da obrigação, do respeito e da obediência à ordem dada. Mesmo entendendo e sabendo o conteúdo a ser respondido na tarefa, a criança sabe que se não fizer haverá de certa forma uma punição. Fato que acaba gerando medo, e até mesmo o desejo de não querer mais voltar à escola. Porém, mesmo assim, ética e moralmente, restringe-se a falar sobre o assunto e a defender-se em sua posição por ainda não possuir uma ética / moral autônoma.

⁶⁸ SANTOS, José Reus dos. **A moral na Infância**. 2006. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=268:a-moral-na-infancia&catid=57:85&Itemid=21> . Acesso em: 18 fev. 2011.

Capítulo II

CONCEITUANDO EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, tendo como objetivo a formação integral da criança de zero a cinco anos. Está regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no que tange à educação formal escolarizada. No Estatuto da Criança e do Adolescente é posta como um direito da criança de zero a seis anos, bem como a Constituição Federal Brasileira de 1988 vem afirmando essa garantia.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 vem dar início a uma discussão para fomentação da Educação Infantil em âmbito público como um direito às crianças com idade entre zero e seis anos. Porém, é a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, que os Municípios passam a ter obrigação em assumir a Educação Infantil, que antes era oferecida apenas em âmbito particular ou em creches sob orientação da SETRAS – Secretaria do Trabalho e Assistência Social, de forma voltada também à educação formal escolarizada pensando nas fases etárias das crianças.

2.1- Breve histórico da Educação Infantil.

Há séculos, as crianças eram tidas como “adultos em miniatura”. Não havia relações afetivas para com elas, e o infanticídio era considerado algo comum. A presença da figura da ama era também comum. As crianças não presenciavam as conversas entre adultos, não brincavam com os adultos. Eram preparadas apenas para serem adultos segundo as regras da família a que pertenciam seguindo às normas da sociedade vigente em sua época. Não tinham direito a serem ouvidas muito menos a dar opiniões.

A educação era passada de geração a geração através dos mais velhos. As meninas eram educadas para servirem aos maridos, filhos e cuidar da casa. Aos meninos, cabia a orientação para gerir a casa e sustentar a família.

As roupas eram réplicas das roupas adultas. E os cabelos penteados como os dos adultos. Os meninas geralmente de tranças e fitas nos cabelos presos e os meninos, de chapéu como os adultos.

Jean Jacques Rousseau em sua obra *O Emílio*, apresenta no capítulo cinco, quando trata da educação do Emílio, uma forma interessante de educar através do questionamento sobre o meio, sobre as vivências, até se chegar à resposta por si. Segundo Márcia Moura, Rousseau:

[...] inicia uma nova forma de entender as crianças, que até as épocas eram vistas como adultos em miniatura. Para ele a criança precisava receber um tratamento diferente, específico, possuindo ela, também, características próprias, interesses, idéias e até vestimentas diferentes dos adultos. Redimensionou a Educação Infantil, afirmando que não se deveria moldar o espírito das crianças de acordo com um modelo estabelecido, vendo na educação a expressão livre da criança, no seu contato com a Natureza, mostrando que ela é capaz de agir por si mesma.⁶⁹

Nesse pensar, segundo Moura, Rousseau pôs-se contra a ação da escola voltada para a criança em sua época. Ele “condenou o uso excessivo da memória e da severidade da instrução, criticando essas duas práticas na escola da sua época”,⁷⁰ e propõe uma mudança de atitude na educação das crianças. Para isso, propôs à criança o brinquedo e os esportes. E volta seu olhar para o meio em que vive, buscando na agricultura um instrumento de educação através da vivência da criança. Assim, ele sugere que,

[...] através da agricultura a criança aprenderia a utilizar os instrumentos como a pá, bem como a contar, a pensar, a comparar e a medir. Sugeriu atividades relacionadas com a vida para aprender e desenvolver a geometria, a aritmética, o canto e a linguagem⁷¹.

Anos mais tarde, Johann Heinrich Pestalozzi, apresenta uma nova proposta de educação para as crianças. Ele separava a educação escolar da educação informal dada através das famílias em seus lares, mas, acreditava que a educação dada de forma adequada nos dois âmbitos poderia aperfeiçoar o indivíduo e a sociedade.

⁶⁹ MOURA, Márcia de Almeida. **Educadores que influenciaram a Educação Infantil**. Artigo. São Paulo: Rede SACI, 2007. Publicado em 09/08/2007. Disponível em:

<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=20196>. Acesso em: 12 jul. 2011.

⁷⁰ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

⁷¹ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

Pestalozzi entendia que “o lar era a melhor instituição para a educação e a instituição escolar deveria se aproximar dela para a formação humana, abrangendo a moral, a política e a religião”.⁷²

Em seu método, Pestalozzi, colocava mestres e alunos juntos em período integral, desenvolvendo as mais variadas atividades, de forma flexível, englobando aulas, refeições, banho e brinquedos. Nestas, o educador apenas orienta discretamente, deixando as crianças vivenciar cada momento. Em duas tardes por semana os alunos faziam excursões ou ficavam livres. Dividia as crianças em faixa etária e, condenava e não admitia as punições, as recompensas e as correções. Dessa forma, “privilegiava os aspectos psicológicos da educação, revolucionando a disciplina, baseando-se na cooperação entre professores e alunos e fomentou a formação de professores”.⁷³

Pestalozzi em seu *método intuitivo*⁷⁴ leva a criança a perceber intuitivamente, ou seja, pelo seu próprio intelecto o fenômeno que a atividade lhe apresenta. O educador “não vai apresentar definições às crianças, mas, levá-la a perceber, compreender e sentir o real significado do conteúdo em estudo”.⁷⁵

O autor considera a moral como o fim supremo da educação, pois o homem é um ser essencialmente moral e possui dentro de si mesmo a essência divina. E para o homem ser completo passa por etapas de desenvolvimento moral, definidas por Pestalozzi como:

Estado natural ou primitivo: corresponde a natureza animal, aos impulsos instintivos de sobrevivência e dominação, procurando satisfazer suas necessidades básicas. [...]

Estado social: corresponde à moral social, à lei social, ao que se aprende na sociedade. [...]

Estado moral: ao atingir seu estado moral o homem é capaz de trabalhar seus instintos animais, transformá-los, canalizar essa força num sentido positivo e é capaz de construir sua própria moral. A moral não vem de fora – é interior. O homem não é apenas um ser animal, ou um ser social. Antes, acima e além de tudo ele é um ser espiritual, é um ser moral por excelência, pois traz a essência Divina em si mesmo.⁷⁶

Em suas teorias, Pestalozzi se assemelha à Piaget, nas fases morais do homem, porém, o que o diferencia é o amor acentuado por Pestalozzi como base

⁷² MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

⁷³ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

⁷⁴ EDUCADORES. **Biografia de Pestalozzi**. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/educadores/teoria-educ/pestalozzi.html> Acesso em: 12 jul. 2011.

⁷⁵ EDUCADORES. Acesso em: 12 jul. 2011.

⁷⁶ EDUCADORES. Acesso em: 12 jul. 2011.

sobre o qual assenta sua pedagogia que apresenta o sentimento como campo de atuação.

Nesse contexto destaca-se Froebel. O fundador de Jardins de Infância, também enfatiza o amor à natureza e à criança no processo educacional. Froebel trabalhou com Pestalozzi por alguns anos e, em 1837 abriu o seu primeiro Jardim de Infância. A partir de então, formalizou seus próprios princípios educacionais.

Segundo Márcia Moura, para Froebel:

A educação é um processo pelo qual o homem autoconsciente, desenvolve-se com todos os poderes, funcionando harmoniosa e completamente, tanto em relação à sociedade quanto à natureza.

A doutrina de Froebel foi a da “Parte-Todo” ou da unidade, a qual considera o homem como uma unidade que para atuar exige a integração dos órgãos sensoriais, dos músculos, dos nervos, com a vontade, raciocínio percepção e memória, mas a mesma unidade, cada objeto do Universo, é parte de algo mais geral.

O desenvolvimento, para Froebel, ocorre em fases que são a infância, a meninice e a puberdade, a mocidade e a maturidade. Para ele todas possuem a mesma importância.

No Jardim de Infância por ele criado o professor era considerado um jardineiro, e as crianças plantinhas de um jardim. As atividades de linguagem de percepção sensorial e de brinquedo seriam as formas das crianças expressar-se enquanto a linguagem oral estaria associada a vida e à natureza. Para ele os ritmos e o movimento eram muito importantes, por isto deu importância ao desenho e à atividade lúdica – o brinquedo.

[...] Constatou o valor dos símbolos para as crianças, e por isto ressaltou o simbolismo. [...] Afirmou, ainda, que a base para o currículo das escolas deve ser os interesses e as atividades em cada fase da vida da criança⁷⁷.

Algum tempo depois surgiu, Decroly. Educador belga, vem apresentar uma nova teoria sobre o desenvolvimento da educação das crianças. Decroly ressalta que a criança deve solucionar os problemas e viver os momentos de existência infantil plenamente. E esse destaque ele colocou na Educação Infantil compreendendo as condições do desenvolvimento infantil e não a preparação para a vida adulta, como era o pensamento educacional em vigor na sua época.

Decroly ajustou a escola à psicologia da criança, transformando o ensino, sendo que seu método é chamado por *centros de interesse*, destinado principalmente aos alunos das classes primárias, porque procura associar os interesses infantis com os conhecimentos.

Ainda segundo Márcia Moura, para Decroly

⁷⁷ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

Os centros de interesse se modificam com idade. Isto é, dos três aos seis anos de idade, no Jardim, através do contato com o meio. A isto se associava a idéia de conhecimento, pela criança, de defender-se de perigos e acidentes, de lutar contra as dificuldades, de suas necessidades de se alimentar, de ter alegria e de trabalhar e agir em grupo. Conhecendo o meio, a criança estaria satisfazendo suas necessidades. Sendo assim, a sala de aula está presente no dia-a-dia da criança: na cozinha, no jardim, no museu, no campo, na oficina, nas viagens, etc..⁷⁸

Os centros de interesse eram enfatizados por Decroly em três momentos: o da observação, o da associação e o da expressão. A duração pode variar de um para outro até em meses, dependendo dos conhecimentos e sua riqueza a serem trabalhados.

Maria Montessori era educadora italiana, formada em Medicina. Após conclusão do doutorado nesta área, dedicou vinte e cinco anos de sua vida ao trabalho com crianças atípicas. Quando, finalmente, em 1907, fundou a Casa da Criança, sendo local de educação e de vida não somente de instrução, mas, sim, visando à educação completa da criança.

Em seu método, focaliza as atividades motoras e sensoriais ativas quanto à criação e à aplicação. Este foi dedicado especialmente na educação pré-escolar e o estendeu também à segunda infância. Ela respeitava as necessidades e evolução do desenvolvimento infantil, apresentando seu método na forma de trabalho individual, embora tendo um cunho social, porque as crianças, como o grupo social, devem colaborar com o ambiente social. Segundo Márcia Moura, no sistema Montessoriano de educação, “os ruídos são considerados prejudiciais e, portanto o silêncio deve ser muito valorizado. Até o professor, não precisa falar alto e a criança fala apenas quando seu trabalho exigir”.⁷⁹

Montessori concentrou seus conhecimentos à formação de professores para a educação de crianças atípicas experimentando em crianças típicas os procedimentos usados na educação de crianças atípicas, após observar os defeitos das escolas comuns. Partindo para as fases do desenvolvimento infantil e as diferenças individuais, preocupando-se com o corpo e o espírito do aluno e o seu processo de adaptação à vida social. Assim, segundo Márcia Moura, Montessori pensava que a “escola deveria girar em torno do aluno”.⁸⁰

Anos mais tarde, Wallon, médico francês,

⁷⁸ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

⁷⁹ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

⁸⁰ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

propôs o estudo do desenvolvimento infantil, contemplando os aspectos da afetividade, da motricidade e da inteligência. Para ele o desenvolvimento da inteligência depende das experiências oferecidas pelo meio e do grau de apropriação que o sujeito faz delas. Assim sendo, os aspectos físicos do espaço, as pessoas próximas, a linguagem, bem como os conhecimentos presentes na cultura contribuem efetivamente para formar o contexto de desenvolvimento.

Para este educador há uma profunda diferença entre o desenvolvimento da criança e o desenvolvimento do adulto, porque a transição da infância para a fase adulta envolve uma total transformação do ser humano, bem como do ambiente no qual a criança está sendo introduzida; é o mundo dos adultos, o que explica uma certa uniformidade nas estruturas de cada estágio que a criança vive em seu processo de desenvolvimento, enfatizando nele dois elementos importantes, a imitação e o brinquedo⁸¹.

Wallon destaca as emoções e a linguagem como domínios funcionais no desenvolvimento da criança, e como fatores associados a esses domínios enfatiza as questões da confusão entre o EU e os OUTROS e da continuidade do processo de desenvolvimento. Busca enfatizar a necessidade de junção entre o conceito de sociedade, educação e psicologia, pois, segundo Márcia Moura, para Wallon, “o desenvolvimento da criança pode ser visto, tanto por seus atributos quanto como um reflexo de valores sociais”.⁸²

Celestin Freinet (1896-1966) fez modificações dentro das salas de aulas, como, por exemplo, introduziu os cantinhos pedagógicos (leitura, brinquedos, teatros de bonecos, etc...) e as aulas-passeio. Foi dele também o pensamento da construção do texto livre infantil, em que a criança tem a oportunidade de elaborar construções quanto ao seu pensamento e expressar-se mediante as vivências. Freinet deu destaque aos desenhos para as crianças ainda pequenas, a fim de que pudessem expressar os pensamentos. Estes substituíam o texto livre oral, e os melhores desenhos e textos escolhidos por todos eram colocados no que ele idealizou como *Livro da vida*.

Assim percebe-se que as práticas pedagógicas idealizadas e desenvolvidas por Freinet nasciam da observação e investigação sobre a maneira de pensar da criança e de como era feita a construção do seu conhecimento. Para ele a criança não avança sozinha, a cooperação torna-se ponto fundamental em sua pedagogia.

Outro educador que marcou a Educação Infantil foi Levi Vygotsky. Ele foi um estudioso russo na área de história, literatura, filosofia e psicologia. Desenvolveu a

⁸¹ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

⁸² MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

principal tendência que privilegia os pré-supostos sócio-históricos ou sócio-interacionista para a prática pedagógica do educador em sala de aula.

Para Vygotsky, sua teoria tende a privilegiar a mudança. Segundo Márcia Moura, Vygotsky entendia que “a cada estágio do seu desenvolvimento a criança adquire os meios para interferir de forma competente no seu mundo e em si”.⁸³ Com isso, chama a atenção para a necessidade e importância da criação e do uso de estímulos auxiliares para a educação da criança. Através desses estímulos, uma situação inédita e as relações ligadas a ela são alteradas pela intervenção humana ativa. É importante que os homens introduzam esses estímulos auxiliares como uma maneira de adaptar-se ativamente ao meio.

Vygotsky considera os estímulos em sua diversidade, tais como: a cultura na qual a criança nasce, a linguagem das pessoas que convivem com a criança e instrumentos produzidos pela própria criança inclusive o uso do próprio corpo, bem como enfatiza a importância do brincar e da brincadeira, do faz de conta para o desenvolvimento cultural da criança.

Em sua teoria, Vygotsky também traz o que chama de Zona de Desenvolvimento para entendimento da construção do aprendizado pela criança. Assim sendo, ele apresenta a Zona de Desenvolvimento Proximal e a conceitua como sendo a distância entre tudo aquilo que a criança sabe fazer sozinha - denominando esse primeiro ponto de Zona de Desenvolvimento Real, e o que é capaz de realizar com auxílio de alguém mais experiente – segundo ponto que denomina de Zona de Desenvolvimento Potencial. Para ele, o que é Zona de Desenvolvimento Proximal hoje, vira nível de Desenvolvimento Real amanhã. Para tanto, a boa prática pedagógica gerenciada pelos educadores, com ensino e aprendizado alcançado com os alunos, portanto, deve incidir sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal.

Piaget (1896-1980), educador suíço, apresenta uma teoria bastante estudada por diversos educadores para que possam compreender as fases em que estão as crianças para que o processo educacional promova ensino adequado. É a teoria do desenvolvimento infantil.

⁸³ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

Segundo Márcia Moura, Piaget observa que “o modo de interação da criança com a realidade, em constante contato ativo com pessoas e objetos, a leva a criar estruturas mentais e adquirir formas de colocá-las em funcionamento”.⁸⁴

Para Piaget,

há vários estágios e períodos do desenvolvimento da inteligência, que caracterizam as formas diferentes do indivíduo interagir com a realidade, pois é o indivíduo que, desde criança, vai construindo o seu desenvolvimento mental. Estes estágios, são os seguintes: I – de 0 a 2 anos: estágio sensório motor; II – de 2 a 6 anos: estágio pré-operacional; III – de 7 a 11 anos: estágio das operações concretas; IV – de 12 anos em diante: estágio das operações formais⁸⁵.

Ainda segundo Moura, Piaget justifica a existência desses estágios de desenvolvimento quando diz que:

O modo de raciocinar da criança é diferente do adulto, pois ela não raciocina por dedução ou por indução, mas por analogia, sendo, também, um ser com uma capacidade adaptativa muito elevada sob o aspecto tanto social, como mental, emocional e físico. Seus sentidos captam o concreto com elevada capacidade, o que resulta em descobrir o mundo, portanto, o exercício livre de suas capacidades físicas e mentais é a condição básica e indispensável ao bom desempenho de sua aprendizagem. Além disso, a criança pré-escolar é egocêntrica, pensando que tudo existe em função dela, também é incapaz de manejar idéias abstratas e não tem uma visão panorâmica das coisas⁸⁶.

Para Piaget, a criança antes de completar quatro anos, conforme a fase de seu desenvolvimento é capaz de usar palavras para designar eventos e objetos, de formar símbolos mentais representando objetos, de agrupar objetos de forma rudimentar e, num nível muito simples, de raciocinar. A criança, segundo Piaget, nesta idade, começa a possuir um pensamento intuitivo, entretanto, apesar dos avanços conquistados, “encontra dificuldades em aprender as sequências, a ordem do aparecimento dos acontecimentos, em compreender a linguagem das outras pessoas e as regras delas e também o conceito de número”.⁸⁷

Piaget enfatizou a moralidade autônoma da criança, quando demonstrou através do desenvolvimento de seus estágios que a pessoa torna-se capaz de se governar e, desta forma, é importante e necessário que a pré-escola compreenda o que as crianças são capazes de realizar e o que não são de acordo com o estágio

⁸⁴ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

⁸⁵ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

⁸⁶ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

⁸⁷ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

de seu desenvolvimento. Como conseqüência, os professores não devem punir as crianças, porém, estabelecer um diálogo para entenderem o porquê dos resultados obtidos que julga ser erro ocorrido.

Por sua teoria *psicogenética*⁸⁸ reconhecer que o processo de desenvolvimento pressupõe uma sucessão de etapas, Piaget foi um incentivador da educação pré-escolar, “dando apoio às ações espontâneas da criança, objetivando a organização do ato de conhecer voltada a preparação das operações do ato da inteligência, respeitando, ao mesmo tempo, sua criatividade e espontaneidade”.⁸⁹

No Brasil, a expansão da Educação Infantil tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas. Isso devido à necessidade de acompanhamento da crescente urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e às mudanças organizacionais na estrutura familiar, sem falar na “conscientização um pouco mais acirrada da sociedade em relação à importância das experiências na primeira infância, o que motivou políticas educacionais e demandas institucionais para crianças de zero a seis anos”.⁹⁰

Essa condição levou a sociedade civil e órgãos governamentais a movimentar-se, em busca de que o atendimento educacional público para as crianças de zero a seis anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. Com isto, a “Educação Infantil em creches e pré-escolas, passou a ser um dever do Estado e um direito da criança”.⁹¹ Posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, fez alusão também a este atendimento educacional para essas crianças dessa faixa etária, como um “direito”.⁹² Assim, o Brasil passou a gerir Educação Infantil com mais afinco. Voltando o olhar educacional também para as crianças na faixa etária de zero a seis anos.

Em 1996 com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro, o governo passou a rever questões relativas ao oferecimento da Educação Infantil estabelecendo de forma

⁸⁸ A teoria Psicogenética de Piaget retrata a condição de desenvolvimento do ser humano através de estímulos e desenvolvimentos psicológicos e biológicos do ser humano em cada fase, por ele discriminada por faixa etária.

⁸⁹ MOURA, Márcia de Almeida. 2007, Acesso em: 12 jul. 2011.

⁹⁰ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referenciais Curriculares Nacionais para Educação infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 11.

⁹¹ BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 208. Inciso IV. Brasília: MEC/SEF, 1989. p.91.

⁹² BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Capítulo IV. Art. 54. Inciso IV. Brasília: MEC, 1990. Disponível em: WWW.mec.gov.br Acesso em: 16 mai 2011.

incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a Educação Infantil pré-escolar.

2.2- Conceituando Educação Infantil.

Pode-se conceituar a Educação infantil em duas vertentes: primeiro de maneira informal, através da educação da criança em meio familiar e social, e por ser criança, educação chamada de infantil. E a segunda, educação formal, dada em meio educacional escolar, atendendo a crianças de zero a seis anos, e atualmente, de zero a cinco anos. Aqui, este segundo conceito, é o objeto de estudo neste trabalho.

No Brasil a Educação Infantil é a fase educacional onde os trabalhos pedagógicos educacionais são voltados às crianças na faixa etária de zero a seis anos, inicialmente previstas pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Atualmente, após reformulação na Educação Nacional, com a alteração do Ensino Fundamental para 09 anos, a Educação Infantil passa a atender as crianças de zero a cinco anos, ficando a faixa etária de seis anos, antes classes de alfabetização, parte integrante do Ensino Fundamental em 09 anos, registrada como primeiro ano.

Segundo Marineide de Oliveira Gomes⁹³,

É na Constituição Federal de 1988 (CF/88), pela primeira vez, que aparece a expressão Educação Infantil, contemplando as instituições creches e pré-escolas, e se determina que o campo de atuação dessas duas instituições deve vincular-se aos sistemas de ensino. Tal deliberação legal representa um marco nas políticas públicas para a infância brasileira, ao tratar crianças pequenas como sujeitos de direitos e não como alvo de políticas fragmentadas e compensatórias.

Outras leis posteriores reforçaram essa decisão política, entre as quais destacamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90), que, baseado na “Doutrina de Proteção Integral”, buscou garantir e proteger

⁹³ Pedagoga, Mestre e Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, desenvolve estudos e pesquisas nas áreas de Educação Infantil, formação de educadores e políticas para a infância. Atualmente é docente da Unifesp – Campus Guarulhos / SP no curso de Pedagogia e integra o Gepefe – Grupos de Estudos e Pesquisas sobre a Formação de Educadores vinculado à FE/USP.

direitos para crianças e adolescentes previstos na CF/88, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que também reforçou a ampliou essa perspectiva, ao tratar a Educação Infantil como primeira etapa da Educação básica e o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação⁹⁴.

O FUNDEB passou a incluir recursos subvinculados para a Educação Infantil, antes não contemplado pelo FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Nesse contexto, segundo a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, a Educação Infantil é expressa no Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
[...]
IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.⁹⁵

O Estatuto da Criança e do Adolescente solicita a Educação Infantil para as crianças em seu Capítulo IV, Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer:

Art. 53. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
[...]
IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.⁹⁶

De acordo com a LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Educação Infantil, no Título III Do Direito à Educação e do Dever de Educar, é expressa:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
[...]
IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.⁹⁷

⁹⁴ GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação. Série educação infantil.) p.46.

⁹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 208. Inciso IV. Brasília: MEC/SEF, 1989. p.91.

⁹⁶ BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Capítulo IV. Art. 54. Inciso IV. Brasília: MEC, 1990. Disponível em: www.mec.gov.br Acesso em: 16 mai 2011.

Porém, embora que a LDBEN, nº 9.394/96, venha afirmar e garantir a necessidade do atendimento gratuito às crianças na faixa etária de zero a seis anos, em creches e pré-escolas, é interessante ressaltar que nem todas as crianças usufruem desse atendimento.

2.3- Diferenciando cuidar e educar.

Durante algumas décadas a Educação Infantil era vista apenas como o ato de cuidar, principalmente no que cabem às instituições denominadas creches. Com as reformulações educacionais, o governo brasileiro compreendeu a necessidade de separar o cuidar do educar, criando as instituições de Educação Infantil para também, o âmbito pré-escolar.

De acordo com o conceito visto no primeiro capítulo deste trabalho, cuidar vem de cuidado. Exprime ação de tomar conta, promover bem-estar, fazer sobreviver. Enquanto que educar significa ensinar. Ensinar a comportar-se em família, no meio social. Ensinar a ler, a escrever, a comer, a se vestir. Ensinar valores e regras. O ensino está ligado ao aprender. Havendo algo a ensinar, é porque tem alguém necessitando aprender. E do mesmo modo, ao contrário. Havendo alguém necessitando aprender, deve haver alguém para ensinar. Ou seja, para que haja aprendizagem, tem que haver ensino e, de tal forma, para haver ensino tem que haver aprendizagem, fazendo com que o outro aprenda, assim, garantindo a eficácia do ensino.

Quanto a educar, Gomes resume em poucas palavras o significado de ensinar e aprender como um ciclo constante, quando diz: “Ensinar e aprender: um ciclo (não linear) que envolve ensino e aprendizagem, e inevitavelmente, se reinicia com o ensino, seguido de novas aprendizagens”.⁹⁸

⁹⁷ Brasil. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Título III. Art. 4º. Inciso IV. Brasília: MEC/SEF, 1996. Disponível em www.mec.gov.br
Acesso em: 16 maio 2011.

⁹⁸ GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.25.

Para Antonio Bonifácio Rodrigues de Sousa, educar possui uma finalidade específica:

A finalidade última de toda educação é a formação da pessoa humana em seu sentido pleno, visando à autonomia pessoal, à integração social e à constituição de um sentido ético à própria existência. Sabemos que todo processo formativo é subjetivo, fundamentado na consciência e na liberdade. Depende, todavia, em parte, da educação processada pelo método-ensino aprendizagem e pela força do exemplo.⁹⁹

2.3.1- O papel de cuidar na Educação Infantil.

O cuidar na Educação Infantil deve ser compreendido como a ação em atenção à fase de desenvolvimento que as crianças se encontram, voltada para a construção psicológica da criança, como a formação de sua personalidade, bem como, também, para fatores biológicos como a higiene e a saúde física e mental da criança.

Na faixa etária da Educação Infantil, as crianças de zero a cinco anos, necessitam ser cuidadas, pois, ainda, não possuem condição para agir e pensar de forma individual. Como se viu anteriormente, segundo os educadores que influenciaram a Educação Infantil, as crianças nessa faixa etária ainda não possuem uma moralidade heterônoma, como escreve Piaget. Elas precisam do exemplo e da analogia para pensar e desenvolver sua educação, bem como não sabe ainda se auto-organizar e cuidar de si naturalmente. É o adulto que precisa estar atento para a necessidade do cuidar da criança presente na Educação Infantil.

Nessa fase a criança necessita do cuidado natural, como relata Noddings. Ela precisa de alguém mais velho para tomar conta de si. Alguém que cuide de sua higiene e de sua saúde física e mental.

Não obstante o cuidado natural, o cuidado essencial é muito necessário. Cuidar essencialmente da criança na Educação Infantil é proporcionar uma futura condição de bom cidadão para a sociedade. Seria o cuidado de oportunizar sua vivência relacionada a valores, como o respeito a si e ao outro. A prática da

⁹⁹ SOUSA, Antonio Bonifácio Rodrigues de. **Ética e cidadania na educação**: reflexões filosóficas e propostas de subsídios para aulas e reuniões. São Paulo: Paulus, 2010. p.41.

tolerância quanto à existência da diferença do outro. Enfim, formando uma personalidade de bom caráter moral e ético. Afinal, são crianças, e mesmo respeitando a sua própria construção educacional, é preciso orientação para sua formação pessoal e social.

2.3.2- O papel de educar na Educação Infantil

A educação formal na Educação Infantil, que é aqui objeto de estudo, deve ser vista como a ação de ensinar. De forma orientada, os educadores proporcionarão às crianças conhecimentos básicos para sua fase de desenvolvimento educacional, onde apresentarão conteúdos sobre: cultura, conhecimento de mundo e formação pessoal e social.

O educador da Educação Infantil precisa apresentar-se de forma paciente e conhecedor quanto ao que significa educar nesta fase das crianças. Paciente, porque as crianças alcançarão cada fase de desenvolvimento educacional de forma gradual e temporal, como foi visto nos ensinamentos dos educadores que influenciaram a Educação Infantil. Além de ser conhecedor do *como fazer* para levar suas crianças a transformarem sua Zona de Desenvolvimento Proximal em Zona de Desenvolvimento Real.

Todas essas teorias necessitam ser estudadas e entendidas pelos educadores atuantes na Educação Infantil, para que com propriedade e coerência saibam educar as crianças dessa fase. É preciso entender o que são as fases de desenvolvimento da criança segundo Piaget. Compreender qual é a condição de atuação da criança dentro de cada fase. Entender como a criança faz construções educacionais. E, ainda, ser sabedor de que a criança na Educação Infantil está construindo sua personalidade e a educação escolar pode contribuir para uma boa formação moral da criança.

Neste sentido, o ideal seria que todos os educadores que atuassem na Educação Infantil tivessem formação adequada e específica para essa fase educacional da criança.

2.4- Formação do docente para a Educação Infantil.

Com a homologação da LDBEN, nº 9.394/96, dá-se início a questionamentos quanto à organização das modalidades educacionais oferecidas pelo país e dentre elas, a Educação Infantil e a preocupação relativa a que perfil seria o mais adequado ao educador para se fazer presente nessa fase. Gomes suscita esse questionamento:

Quem seria o profissional apto para atender a multiplicidade e à complexidade de situações presentes nesses ambientes institucionais, acompanhando as alterações que vêm ocorrendo na formação de professores em geral, na função social da educação infantil em uma sociedade de mudanças rápidas como a atual, e capaz de fazer frente à criança de hoje? Alguns riscos estariam implicados na resposta a esse questionamento, dentre os quais destacamos: a predominância do instrucional sobre o educativo; a educação infantil de caráter preparatório organizada de forma descontínua com relação aos níveis subseqüentes da educação básica; a concepção da criança como um vir a ser, um miniadulto a ser escolarizado, negando, por vezes, a criança existente hoje, com necessidades, interesses, potencialidades e formas específicas de cultura, desenvolvimento e aprendizagem¹⁰⁰.

A formação do docente para a Educação Infantil deve contemplar uma formação integral do educador perpassando por conceitos biopsicossociais sobre o desenvolvimento educacional da criança nesta fase. É importante, também, que tenha vivência sob forma de estágios durante sua formação para relacionar teoria e prática à sua conduta, e que esta seja dada em uma instituição de ensino superior.

A formação universitária constitui parte importante da trajetória de ser educadora de crianças pequenas. Trata-se do momento de contato com o campo profissional, do debate teórico da área aliado ao conhecimento institucional, do exame e da problematização das práticas desenvolvidas na instituição, o que representa uma etapa formativa essencial. Nesse contexto, o estágio revela-se uma das possibilidades de reflexão sobre teoria e prática e de ação profissional qualificada na área da educação Infantil.¹⁰¹

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, o educador da Educação Infantil deve ter no mínimo formação superior na área de Pedagogia. Não deixando, também, de salientar a importância de ter especialização na área de Educação Infantil. Tudo isso

¹⁰⁰ GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.46-47.

¹⁰¹ GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p. 57.

para que tenham formação específica para garantir às crianças uma educação de qualidade, compreendendo sua função como orientador de futuros cidadãos que se encontram em plena formação biopsicossocial, moral e ética. Nesse sentido, é preciso haver cuidado quanto à formação dos educadores das crianças pequenas.

Gomes relata que:

A formação de professores ocorre em contextos específicos e em condições determinadas. Pensar a educação de crianças pequenas envolve não só considerar a travessia dos profissionais de creches para a área da educação e o processo de profissionalização docente levado a efeito pelas instituições formadoras sem descaracterizar as histórias, as experiências até então existentes de educação e cuidados, mas também buscar a superação dos assistencialismos e objetivar a garantia dos direitos da infância, assim como dos educadores¹⁰².

Por assumir uma grande responsabilidade - afinal são pessoas em formação que se tem nas mãos, e o que lhe for conferido durante o período da Educação Infantil, o acompanhará em sua trajetória educacional e social -, as instituições de Educação Infantil devem preocupar-se com a formação dos educadores que estão gerindo educação para essas crianças.

Gomes lembra que:

É importante considerar que o professor não está pronto quando termina o curso de formação docente. No exercício profissional, as diferentes situações vivenciais que a condição de ser professor exigirá vão requerer dele referências existenciais sobre todos os envolvidos no processo educacional, a começar pela compreensão de si mesmo: olhar para si e compreender-se educador, inserido em determinado contexto sócio-cultural¹⁰³.

Neste sentido, tão importante quanto ter uma formação adequada para atuar na Educação Infantil, é ter identidade profissional ao que pretende ser. É preciso haver, como se diz, comumente, vocação. Ressalta-se, também, a necessidade de gostar do que se propõe a fazer, de gostar de atuar com crianças de três a cinco anos de idade, desenvolver a amabilidade, e com isso o cuidado. Possuir o desejo de investimento em sua qualificação profissional, buscando atualizar-se e aperfeiçoar-se e capacitar-se cada vez mais.

Dias (1997) apud Gomes (2009, p.51), onde a mesma faz alusão à necessária condição da formação dos educadores das crianças pequenas, quanto à aquisição

¹⁰² GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.42-43.

¹⁰³ GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.40.

dos saberes essenciais necessários para aplicabilidade profissional neste nível educacional.

DIAS (1997) em pesquisa acerca dos saberes essenciais ao educador da primeira infância, abordando o que denominou “protagonista da Educação Infantil”, ressalta que tal profissional deve apropriar-se de profundo conhecimento de si próprio e da criança, dominar conhecimentos culturais e científicos, produzir uma visão crítica e política da realidade, gostar da criança e compreender sua forma lúdica e criativa de conhecer, além de desenvolver a capacidade de observação e reflexão, de articulação criativa e dinâmica entre teoria e prática e de trabalho em equipe¹⁰⁴.

Ao dar continuidade à reflexão sobre a formação do educador para a Educação Infantil, Gomes traz alguns teóricos e seus posicionamentos quanto a essa questão. Dessa forma, tem-se diferentes opiniões, porém, como uma conjunção quanto ao pensar. Os teóricos afirmam que a formação do educador para atuar na Educação Infantil depende do objetivo do trabalho e contexto em que se pretende atuar. Visualiza-se então a fala de

CAMPOS (1994) enfatiza o perfil de educadoras de crianças pequenas segundo os objetivos que se pretende atingir com esse trabalho, julgando indispensável que a formação dessas profissionais seja integrada em diferentes níveis de complexidade e se faça uso dos saberes sobre o desenvolvimento de crianças adquiridos no saber fazer¹⁰⁵.

No mesmo sentido:

SILVA (2008) compreende que as qualidades da prática profissional dos professores de Educação Infantil em função do que requer o trabalho educativo (a profissionalidade) estão diretamente associadas à conquista dos direitos das crianças das últimas décadas no Brasil, representando a base para sua compreensão¹⁰⁶.

Ainda segundo Gomes:

Em se tratando da formação de educadoras de crianças pequenas, estamos referendo-nos a uma forma de educação de adultos em que os saberes da experiência são fundamentais. Nesse sentido, o educador, forma-se nessa dinâmica de relações, interações, mediações e proposições e, a(s) identidade(s) que ele construirá está(estão) vinculada(s) a esses contextos socializadores, a esses modos de ser e estar na profissão¹⁰⁷.

¹⁰⁴ GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.51.

¹⁰⁵ CAMPOS, (1994) apud GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.52.

¹⁰⁶ SILVA (2008) apud GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.52.

¹⁰⁷ GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.41.

Gomes, neste sentido, corroborando as afirmações anteriores, traz Selma Garrido Pimenta quando ela afirma que:

Uma identidade profissional constrói-se com base na significação social da profissão; na revisão constante dos significados sociais da profissão; na revisão das tradições. Mas também na reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque são prenes de saberes válidos às necessidades da realidade, do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se também, pelo significado que cada professor, como ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano com base em seus valores, seu modo de situar-se no mundo, suas histórias de vida, suas representações, seus saberes, suas angústias seus anseios¹⁰⁸.

Não obstante a identidade profissional do educador, Gomes alerta sobre as mudanças que ocorrem continuamente na educação, lembrando que a existência modal das tendências pedagógicas interferem na formação do educador. Fato que os formadores devem estar atentos para saber discernir qual melhor condição e formação para o educador das crianças pequenas.

Sacritán (2005) apud Gomes que remete a essa concepção escrevendo que

Ao indicar a trajetória seguida pelas crianças pequenas para se transformarem em escolares sob o olhar vigilante e controlador dos adultos/educadores, nos alerta para as tendências dominantes do pensamento que sacralizam os conteúdos do ensino como finalidade máxima da educação, advertindo-nos de que a qualidade da educação implica em olhar e se dirigir para a criança como sujeito, aprendiz e cidadão¹⁰⁹.

Gomes apresenta algumas características para formação do(a) educador(a) da educação Infantil.

Acreditar que a educadora de crianças pequenas seja capaz de exercer a autonomia de seu processo formativo pressupõe mudanças conceituais e de condições objetivas de trabalho com todas as instituições e segmentos diretamente envolvidos com: a universidade, trazendo e levando questões práticas para a investigação teórica e as teorias, por sua vez, encontrando suas raízes nas práticas, e com as políticas governamentais, no reconhecimento do papel social dos profissionais da educação, especialmente das educadoras de crianças pequenas¹¹⁰.

[...]

Ser uma profissional capaz de promover múltiplas interações envolve o acolhimento e a ideia de pertença grupal, a dimensão afetiva, o respeito e às necessidades e interesses da criança, aos seus padrões culturais,

¹⁰⁸ PIMENTA, 1997, p.42 apud. GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.41.

¹⁰⁹ GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.53.

¹¹⁰ GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.53.

captando-os para os propósitos do trabalho desenvolvido, a ampliação permanente do seu universo sociocultural, novo dimensionamento para educar, para o ensinar e o aprender, a permanente reflexão sobre os propósitos que guiam suas práticas, às concepções que dão suporte às ações e, não menos importante, o estímulo à construção de um processo de identidade profissional que possa conduzi-la a olhar o próprio percurso formativo em uma perspectiva profissional¹¹¹.

Além dessas características Gomes aponta outras, não menos importantes, para a formação dos educadores em qualquer segmento etário, como:

O empenho, o envolvimento e a relação de confiança estabelecidos com as crianças, a necessária formação ética aliada a responsabilidade social de ser formador cidadão em um mundo complexo como o atual; a capacidade de rever continuamente seu papel na escola e na sociedade, como agente de transmissão e transformação social. “Trata-se de desobjetificar e de humanizar o ser humano que vai para a escola” (Fernandes, 1987, p.28). De modo especial, seria fundamental que esse/a educador/a a exercesse papel ativo na construção coletiva do trabalho com os pares, com as famílias das crianças e a equipe da unidade educacional, com a cultura local, além de ter o domínio de saberes culturais e científicos e saber articular e a teoria e a prática (entre outros qualificativos). Reflexão, processo criativo e compartilhado de construção de conhecimentos, mobilização dos saberes da experiência: parecem ser essas as condições básicas a figurar na formação dessas educadoras, de modo que aprendam e reconhecer-se, admitir-se, construir autonomia de pensamento, emancipar-se e protagonizar suas práticas, construir autorias dos atos de educar, de ensinar e de aprender¹¹².

Além de uma formação escolarizada, a capacitação continuada e participação em eventos e movimentos de socialização profissional é de suma importância para o educador das crianças pequenas.

Em um momento em que a Educação Infantil se firma como porta de entrada da educação básica, direito da criança e opção da família, ações que promovam a socialização profissional de educadoras em creches e pré-escolas podem colaborar para o avanço de conquistas duramente alicerçadas no âmbito legal, sobretudo quando se levam em conta pesquisas que apontam um quadro de insuficiências na formação inicial e contínua dos profissionais de creche¹¹³.

Gomes deixa claro o sentido de formar o profissional da educação. Ela diz que entende “formação como ação no sentido de dar forma, que se traduz *na construção de processos de identidades profissionais*”.¹¹⁴ E ressalta Nóvoa neste

¹¹¹ GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. P. 54.

¹¹² GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.54-55.

¹¹³ GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.55.

¹¹⁴ GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p. 55.

contexto onde o mesmo assinala que a ação de dar forma para o ser formado, passa por três etapas: autoformação, ecoformação e heteroformação.

O formador se forma a si próprio (na reflexão sobre seus percursos pessoais e profissionais: *autoformação*), se forma na relação com os outros, numa aprendizagem conjunta que apela à consciência, aos sentimentos e às emoções (*ecoformação*), e se forma por meio das coisas (saberes, técnicas, cultura, artes, tecnologia) e de sua compreensão crítica (*heteroformação*)¹¹⁵.

Por fim, nesse sentido, na formação do educador para a Educação Infantil nada mais óbvio é a necessidade de chamar o ser formado para o “centro do palco” e demonstrar-lhe o quanto deverá assumir com responsabilidade o seu papel.

2.5- O lúdico em relação ao cuidar e o educar na Educação Infantil.

A utilização do lúdico é de suma importância no desenvolvimento educacional da criança. A criança idealiza e vive um mundo do faz de conta, da imaginação. E utilizando-se desse contexto, é possível cuidar e educar as crianças sob uma visão de orientação. José Roberto Boettger Giardinetto¹¹⁶ relata que “é no mundo da fantasia da criança que o adulto pode desenvolver funções positivas para sua aprendizagem. A fantasia é o campo no qual a criança se coloca com a maior plenitude dentro de seus próprios limites”.¹¹⁷

O lúdico relacionado ao cuidar assume uma função de tomar conta da criança, pois, enquanto brinca se tem a atenção da criança e cuida-se dela enquanto tempo for necessário, além de orientar as suas ações oportunizando construção de valores de acordo com o jogo, a brincadeira ou o brinquedo que se tem a ser trabalhado.

¹¹⁵ NÓVOA (2002) apud GOMES, Marineide de Oliveira. 2009. p.56.

¹¹⁶ José Roberto Boettger Giardinetto. Graduado em Matemática. Mestre em Educação, área de concentração em Fundamentos da Educação. Doutor em Educação, área de concentração em Fundamentos da Educação. Fez Pós-Doutorado em Portugal sobre o papel da escola e do ensino da Matemática em face à questão multicultural. Atualmente é professor assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Bauru / SP, Faculdade de Ciências, Departamento de Educação.

¹¹⁷ ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia [org.]. **Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil?:** Em defesa do ato de ensinar. 2 ed. Campinas/SP: Editora Alínea, 2010. p.188.

Através do conto de histórias e fábulas, por exemplo, é possível estabelecer lições de moral, conduta e valores. Lembra-se aqui, as Fábulas de Ésope e dos Irmãos Green, que expressavam lições de moral e construção de valores, utilizando-se de uma linguagem acessível para as crianças pequenas.

Nas regras dos jogos individuais ou em grupos, por exemplo, estabelece-se conduta nas relações humanas e construção de valores, como o respeito às regras do jogo e ao outro colega ou grupo. Não apenas acirrar a competição e, sim, cuidar para a formação pessoal e social da criança sob uma conduta ética e moral.

Já relacionado ao educar, o lúdico apresenta, também, uma função, não menos importante do que a de cuidar, mas, com um olhar diferenciado. Este, voltado à orientação para a aprendizagem da criança de determinado conteúdo estabelecido pelo(a) educador(a). Torna-se intencional o seu uso, para que seja vivenciado pelas crianças pequenas em sua construção de aprendizagem. GIARDINETTO aponta que “quando o professor organiza sua ação educativa, introduzindo o jogo como instrumento para atingir determinados objetivos, o jogo passa a ser então, material pedagógico”.¹¹⁸

Quando se usa fantoches ou teatro de bonecas aguça-se a fantasia das crianças e a concentração em ouvir o que se deseja que o aluno aprenda. Logo, fixa-se melhor o conteúdo desenvolvido nas histórias, devido à visualização pela criança dos bonequinhos contando a história. Quando se usa um jogo para lecionar Matemática, por exemplo, a criança vivencia a prática do jogo e consegue relacionar os números com mais facilidade, fazendo operações matemáticas, intencionalmente, orientado pelo(a) educador(a). Pode-se citar aqui jogo de boliche com números ou quantidades - dependendo da faixa etária da criança - nas garrafas, para que o aluno derrube-as de acordo com as regras e vá adicionando-as até terminar o jogo. Intencionalmente, o(a) educador(a) trabalhará com Matemática.

Giardinetto, diz que

Para que as atividades lúdicas se coloquem a serviço da prática educativa, é necessário um professor consciente de uma teoria que o oriente na articulação dos conteúdos trazidos pelos alunos com os conteúdos culturais e científicos e que reconheça no jogo, nos brinquedos e nas brincadeiras instrumentos culturais que desencadeiem o desenvolvimento e a aprendizagem, através da mediação do educador.
[...]

¹¹⁸ ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia [org.]. 2010. p.188.

É importante trabalhar conteúdos inerentes ao jogo, aos brinquedos e as brincadeiras, que favoreçam a formação/apropriação de conceitos. Por exemplo, o professor poderá descobrir nesses recursos didáticos possibilidades de desenvolver situações-problema, conceitos de operações, estimativas e cálculo mental, além de poder considerá-los um suporte para representações e ações.¹¹⁹

Nesse sentido, para que essas atividades possuam significação e eduquem, se faz necessário que o educador da Educação Infantil tenha consciência do que significa o uso do lúdico quanto a educar e a cuidar, separando-os de acordo com sua função e lembra que cada criança já traz consigo uma condição prévia de acordo com sua vivência social ao que diz respeito à ação de brincar.

2.6- O papel da família na Educação Infantil.

Uma das características da escola é ter em seu conjunto diferentes alunos com diferentes condições socioeconômicas, diferentes etnias, valores, diferentes demandas e necessidades. Porém, mesmo em meio a tempos de transformação e movimentos de democratização da educação, a escola não se encontra preparada para atender os alunos em suas diferentes especificidades.

Não obstante essa realidade, encontra-se a família. A família é um grupo social que apresentou muitas mudanças ao longo das últimas décadas em relação à forma de educar seus filhos, entregando-o à escola para que assuma, na verdade, funções que caberiam à família. E este pode ser um dos fatores que levou às escolas diferentes necessidades de reorganização estrutural para atender, pelo menos, algumas manifestações de seus alunos, como o comportamento, a forma de referir-se ao outro, condições de igualdade social, a conduta de valores e da moral, uso de entorpecentes, entre outros fatores. É necessário que a família assuma de volta sua função e não delegue à escola uma função de educar moral e eticamente, bem como, socialmente, que na verdade é sua. Antonio Bonifácio Rodrigues de Sousa chama a atenção que “ensinar e aprender moral e ética é, pois, muito

¹¹⁹ GIARDINETTO, José R. B.; MARIANI, Janeti M. **O lúdico no ensino da Matemática na perspectiva Vygotskiana do desenvolvimento infantil**. p. 185-218. In.: ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (org.). Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil: Em defesa do ato de ensinar. 2 ed. Campinas/SP: Alínea, 2010.

importante podendo-se também fazer isso de maneira informal sob forma de aconselhamento, como acontece no ambiente familiar”.¹²⁰ E continua: “A família é o local das primeiras aprendizagens. Nela aprendem-se as primeiras referências que guiarão a pessoa por toda vida”.¹²¹

Vera Maria Nigro de Souza Placco e Laurinda Ramalho de Almeida, organizadoras do livro *O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola*, relatam que a família sofreu mudanças junto com as alterações sociais ocorridas.

A família não ficou imune às mudanças sociais mais amplas e tem delegado para a escola, cada vez mais, funções educativas que historicamente vinha exercendo, tais como a formação de valores morais, a criação e o fortalecimento de vínculos, a colocação de limites, entre outras¹²².

Sendo a Educação Infantil o pilar da educação básica, a conscientização da importância da presença da família nessa fase constitui-se como objetivo primordial, para que, junto com a instituição de Educação Infantil, acompanhe o fazer do educador, entendendo e reconhecendo os valores demonstrados por seus filhos e a construção educacional manifestada por eles, compreendendo que família e escola devem andar juntas na formação da criança. Assim, voltando a resgatar o papel e a função que lhe pertence.

Placco e Almeida acreditam que:

[...] a relação família-escola deva ser uma relação de parceria. A parceria constitui o encontro de diferentes para realizar um projeto comum. A parceria em questão é a educação da criança ou do adolescente, filho aluno, o que significa assumir juntos essa educação. A relação de parceria supõe confiança mútua e cumplicidade. Isto é, conversas, trocas, discussões dos problemas e assunção conjunta das decisões tomadas¹²³.

Além dessa condição, outra grande preocupação quanto à relação família/escola/filhos, é que atualmente percebe-se que as famílias não mais possuem um padrão estruturalmente organizado como a sociedade impõe que seja a imagem da família: pai – mãe - filhos(as).

¹²⁰ SOUSA, Antonio Bonifácio Rodrigues de. **Ética e cidadania na educação**: reflexões filosóficas e propostas de subsídios para aulas e reuniões. São Paulo: Paulus, 2010. p.32.

¹²¹ SOUSA, Antonio Bonifácio Rodrigues de. **Ética e cidadania na educação**: reflexões filosóficas e propostas de subsídios para aulas e reuniões. São Paulo: Paulus, 2010. p.111.

¹²² PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O coordenador Pedagógico e o cotidiano da escola**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 178.

¹²³ PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. 2006. p. 179.

Placco e Almeida relatam que:

Grande parte das famílias presentes no cotidiano das escolas não corresponde à imagem de família bonita, boa, harmoniosa, desejável, veiculada pela mídia, sobretudo nas propagandas. O que temos encontrado são famílias com composições diferentes desse modelo nuclear idealizado, constituídas a partir das situações reais e não ideais¹²⁴.

Com isso, é importante que as instituições de Educação Infantil conheçam o lugar social das famílias dos seus alunos para que saibam como conduzir o trabalho educacional das crianças pequenas compreendendo sua realidade. Estabelecendo, desse modo, uma relação de confiança entre os educadores e a família. O que por muitas vezes, por fazerem parte de camadas sociais diferentes apresentam um comportamento indiferente ou de cobrança.

O comportamento das famílias caracteriza-se conforme a camada social a que pertencem. Dessa maneira, muitos pais presentes na rede particular de ensino, devido à situação econômico-financeira e à escolaridade privilegiadas, tendem a se relacionar com a escola como consumidores de um serviço, fazendo críticas e cobranças que aqueles da rede pública não se arriscariam a fazer, pois se relacionam com a escola de maneira obediente e submissa¹²⁵.

A criança da Educação Infantil precisa de orientação para comer, falar, tomar banho, ser higienizada, andar... E é essa condição, de necessidade de assistencialidade do cuidado natural, que a criança pequena afirma a necessidade de ser cuidada por um adulto. *Nós, adultos, somos responsáveis por configurar o cenário de vida para a infância*¹²⁶. E é nessa perspectiva que os profissionais da Educação Infantil devem estimular a família para ser o alicerce dos seus filhos, fato que se torna de suma importância, principalmente em idade da Educação Infantil.

As famílias encontram dificuldades atualmente para educar e criar sozinhas os filhos. A escola infantil de 0 a 6 anos, se for proposta como objetivo, pode contribuir para que encontrem nela esse quadro racional mais amplo que o próprio círculo familiar. Para isso, é necessário promover a participação e relação ativa, seja estabelecendo tempos para compartilhar dúvidas, opiniões, interesses e preocupações com outras famílias e com os profissionais, seja ajudando a conhecer o crescimento e a aprendizagem, não apenas no momento presente que vive seu filho, mais e uma perspectiva de processo mais ampla que apóie novas situações vitais, Isso

¹²⁴ PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. 2006. p. 180.

¹²⁵ PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. 2006. p. 180-181.

¹²⁶ VÉLEZ, Mercedes Blasi. **Vínculos entre famílias e profissionais na construção do projeto educativo**. Artigo. Revista Pátio. Educação Infantil. Ano VI. n 17. Jul/Out 2008. p.15.

será possível se estabelecermos relações claras, baseadas na confiança mútua e na comunicação, em que se facilite o encontro e o intercâmbio, tanto em nível individual quanto coletivo¹²⁷.

Nesse contexto, percebe-se o quanto a relação família-escola torna-se necessária na Educação Infantil. A família é a base da criança. Deve acolhê-la para que se sinta cuidada, segura, além de encaminhá-la à educação escolarizada, acompanhando-a e buscando dialogar com os educadores para se fazer presente na construção do processo educacional da criança. Cabe à instituição infantil promover essa inserção familiar em seu contexto, requerendo profissionais que saibam envolver as famílias, compartilhando o leque de formação e informação sobre as construções potencializadas pelas crianças pequenas nessa fase.

¹²⁷ VÉLEZ. Mercedes Blasi. Revista Pátio. Educação Infantil. Ano IV. n 17. Jul/Out 2008. p.16-17.

Capítulo III

ANALISANDO OS REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Pensando a construção da ética do cuidado.

Ao refletir sobre o conceito de ética, moral e ética do cuidado, sobre as práticas educativas na Educação Infantil, necessita-se, nesse momento, apropriar-se dos conteúdos das Diretrizes dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a fim de dar seguimento ao estudo. Muitas vezes, os olhares de pesquisadores e demais educadores sobre o texto dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil volta-se com um caráter de análise sobre a prática educativa e a organização curricular. Entretanto, o olhar e a análise deste estudo terá um foco específico que é a questão central desta dissertação: a ética do cuidado relacionada à Educação Infantil.

3.1. Conhecendo os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Em 1998, dois anos após a promulgação da LDB 9.394/96, o Ministério de Educação e Cultura do Brasil distribuiu os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil aos professores da Educação Infantil da rede pública, através das Secretarias Municipais de Educação, tendo em vista alavancar a educação de base para que se possa atingir os índices desejáveis pelo Banco Mundial, que, na época, exigia melhores índices educacionais no Brasil para dar continuidade aos investimentos no país. Com uma boa base educacional, em consequência, paulatinamente, os outros segmentos educacionais também atingiriam melhores resultados.

Os RCNEI são compostos de três volumes. A saber: Introdução, Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, cada um deles abordando uma especificidade direcionada à formação educacional na Educação Infantil.

Alessandra Arce dedica em seu livro *Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil: em defesa do ato de ensinar*, um capítulo para os RCNEI, descrevendo:

No primeiro há uma breve introdução material, englobando as concepções de criança, educação, instituição e o perfil profissional do professor de Educação Infantil. Além disso, este volume introdutório traz a organização do documento em relação à faixa etária, aos objetivos e conteúdos dos componentes curriculares, orientações didáticas, ao aparelhamento de espaço e seleção dos materiais e à importância da observação, o registro e a avaliação formativa na prática do professor. Mapeia os objetivos gerais da Educação Infantil e por fim disserta sobre a instituição, no que tange à suas manifestações externas, principalmente em relação à valorização da cultura local para a intervenção pedagógica, sua problemática social e suas condições internas. Perpassa sucintamente sobre as questões do ambiente institucional, formação do corpo escolar, recursos materiais, acolhimento das famílias e crianças. Este documento introdutório define os dois âmbitos de experiência nos quais deve pautar-se a Educação Infantil: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo.¹²⁸

Acredita-se que, quando a educação de base se dá de forma satisfatória quanto à apresentação de índices de qualidade em aquisição de conhecimento e desenvolvimento da motricidade da criança, esta apresentará futuramente uma desenvoltura quanto à sua formação educacional também de forma satisfatória. Neste sentido, os RCNEI nos volumes dois e três trazem referências para orientar os professores em suas práticas com as pequenas crianças, relativas ao contexto social e formação educacional.

O âmbito de Formação Pessoal e Social refere-se às experiências que favorecem, prioritariamente, a construção do sujeito. Está organizado de forma a explicitar as complexas questões que envolvem o desenvolvimento das capacidades de natureza global e afetiva das crianças, seus esquemas simbólicos de interação com os outros e com o meio, assim como a relação consigo mesmas.

O âmbito de Conhecimento de Mundo refere-se à construção das diferentes linguagens pelas crianças e às relações que estabelecem com os objetos de conhecimento. Este âmbito traz uma ênfase na relação das crianças com alguns aspectos da cultura. A cultura é aqui entendida de uma forma ampla e plural como o conjunto de códigos e produções simbólicas, científicas e sociais da humanidade construindo ao longo das histórias dos diversos grupos, englobando múltiplos aspectos e em constante processo de reelaboração e ressignificação.¹²⁹

¹²⁸ ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia [org.]. 2010. p.15.

¹²⁹ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. v 1. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 46.

Ainda, Arce relata que a:

Formação Pessoal e Social aparece, portanto, enfatizando a construção da identidade e autonomia das crianças. Busca-se a conceituação dos termos, resgatando-se a importância do desenvolvimento desses dois subeixos na prática pedagógica. Traz explicações referentes aos processos de aprendizagem das crianças e os mecanismos para alcançá-la, apontando ao mesmo tempo os objetivos e os conteúdos para cada faixa etária (zero a três anos e quatro e seis anos) com orientações didáticas para o professor. Conhecimento de mundo é o terceiro volume. Neste tem-se por princípio o desenvolvimento de diferentes linguagens pelo educando dividindo-se em seis subeixos, a saber: Movimento; Música; Artes Visuais; Linguagem Oral e Escrita; natureza e Sociedade e Matemática.¹³⁰

Não se pode negar que os documentos apresentados pelo Ministério da Educação do Brasil, os Referenciais Curriculares Nacionais, não tenham qualidade suficiente para nortear a Educação Infantil no País. Porém, pode-se também vivenciar um problema relacionado aos mesmos. Na época que foram lançados, os RCNEI, foram entregues aos docentes da Educação Infantil sem apresentar o “como” utilizar. É interessante lembrar que, se hoje em 2011 ainda encontra-se professores incoerentes educacionalmente quanto à sua formação para lecionar na Educação Infantil, volte-se a 1998. Muitos professores à época não tinham formação educacional necessária para estarem inseridos na Educação em outros segmentos onde os discentes já atuavam por si, imagine-se, então, na Educação Infantil, nível em que a criança necessita de cuidado natural e formação educacional estruturadamente adequada à sua idade, logo, exige do educador conhecimento de saberes necessários à sua formação.

Não havia professores preparados adequadamente para o trabalho com as crianças da Educação Infantil. Muitos recém formados do antigo Magistério, que sem experiência alguma, assumiam classes da Educação Infantil como “passa-tempo” de brincadeira com as crianças, sem uma relação com o real significado do lúdico para a educação infantil. Encontravam-se, ainda, outros que nem recém formados do Magistério não eram. Nem haviam terminado o Ensino Médio. Os chamados “leigos”. Essa era a realidade existente no país.

O século XXI iniciou-se com a declaração de que havíamos chegado ao fim da história, do conhecimento objetivo, da ciência. [...] A educação não saiu ileso desse movimento crivado de subjetivismo. Um golpe mortífero foi desferido sob o professor e a especificidade de seu trabalho. O conhecimento não mais orienta o fazer docente, e a transmissão do mesmo é algo danoso, quase que um vírus a ser extirpado. [...] Estamos em tempos

¹³⁰ ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia [org.]. 2010. p.16.

em que aprender a aprender é imperativo, portanto o “velho” professor que ensina deve ser aposentado definitivamente. [...] A educação de crianças menores de 6 anos está mergulhada neste ambiente anti-escolar.¹³¹

Percebe-se quão grande era a preocupação quanto à necessidade de formar o(a) professor(a) para lidar com as crianças da Educação Infantil. E principalmente para levá-lo a entender quem é a criança da Educação Infantil. Seu psicológico, sua afetividade, sua personalidade, seu pensar e viver social, sua formação e construção educacional e a necessidade do seu cuidar. Cuidar, aqui como natural e essencial.

Cabe a partir de agora, um aprofundamento para entender os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil no que tange ao perfil do educador, conhecimento de mundo, natureza e sociedade, objetivos educacionais da Educação Infantil, bem como, compreender a necessidade da inserção da ética e, da ética do cuidado, tanto essencial quanto natural, na Educação Infantil aferidas pelos RCNEI. Desta forma, consegue-se proporcionar um novo olhar para uma ideologia educacional diferenciada voltada à educação das crianças de zero a cinco anos.

3.2 - Conceitos presentes nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

De início, torna-se necessário desvelar alguns conceitos presentes nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, tais como o conhecimento, o perfil dos professores, o cuidar, a ética e principalmente quem são as crianças presentes na Educação Infantil.

3.2.1 – Conceitos de Filosofia da Educação nos RCNEI.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil apresentam uma preocupação com a condição de aquisição do conhecimento pelas crianças,

¹³¹ ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia [org.]. 2010. p.13-14.

relacionadas à função exercida pela instituição. Segundo os RCNEI, a construção do conhecimento educacional na educação infantil se dá a partir da interação que as crianças estabelecem umas com as outras. Porém, o que é visível ao longo de seu oferecimento no Brasil, são as instituições de educação infantil assumirem apenas um papel assistencialista e preparatório para o ingresso das crianças na primeira série do Ensino Fundamental. Com isto, os RCNEI, apontam que é preciso quebrar essa visão de filosofia educacional gerida pelas instituições de educação Infantil, propondo um novo pensar sobre a formação educacional das crianças menores de 6 anos.

Quanto a isso, Arce chama atenção para essa necessidade do novo olhar promovido pelos RCNEI.

A instituição de Educação Infantil é um lugar onde predomina o espontâneo e as brincadeiras prazerosas, ou seja, há uma atmosfera não diretiva no trabalho pedagógico. Acaba-se por defini-la como complementar à educação familiar. Esse nível de ensino é considerado como a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança. Busca contribuir para o exercício da cidadania, entendendo também as particularidades de cada uma.¹³²

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil trazem o conhecimento inserido na formação pessoal e social, nos valores e na forma como o conhecimento de mundo são expressos, de maneira prazerosa e lúdica para os professores. Assim, os RCNEI descrevem:

No processo de construção do conhecimento, as crianças utilizam as mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva, as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.¹³³

Percebe-se aí as idéias de formação educacional em Piaget, Vygotsky e Wallon. Nesse sentido, a criança é a protagonista na construção do conhecimento. Isso se dá na relação estabelecida com o meio em que se vive e, até mesmo, com outras crianças. Ao pensar desta forma, coloca-se cada criança como única em

¹³² ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia [org.]. 2010. p.21.

¹³³ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. v 1. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 21 -22.

ressignificar o mundo que a cerca e o conhecimento vivenciado, apresentando de um jeito próprio, produzindo novas culturas e um novo jeito de pensar e ver o mundo. Construindo, assim, seu conhecimento.

Os RCNEI defendem a idéia de integralizar o educar e o cuidar, que devem estar ligados, sendo constantemente oferecidos inseparavelmente, promovendo educação e o oferecimento de qualidade nas instituições. Para Arce, “Educar está diretamente relacionado a favorecer as condições de aprendizagens que favoreçam o desenvolvimento infantil, a partir de brincadeiras espontâneas e situações pedagógicas orientadas pelos professores”.¹³⁴

Nesse sentido, Arce continua:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.¹³⁵

Nessa perspectiva, é perceptível a necessidade das instituições de educação infantil de tornar acessível às crianças menores de 06 anos, qualidade no trabalho oferecido pela instituição assumindo um papel socializador, proporcionando o desenvolvimento da identidade e formação educacional das crianças.

3.2.2 - Conceitos sobre o cuidar nos RCNEI.

O cuidar nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil deve estar ligado indissociavelmente ao educar.

Para Arce,

Cuidar significa atender as necessidades biológicas do corpo, como a higiene, a alimentação, a saúde etc., envolvendo, ao mesmo tempo, o aspecto das relações humanas e afetivas sendo necessário que o professor incentive a criança a identificar suas necessidades e as atenda de forma

¹³⁴ ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia [org.]. 2010. p.23.

¹³⁵ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. 1998. p. 23.

apropriada. Busca-se ampliar os conhecimentos das crianças sobre esses aspectos, a fim de que conquistem autonomia e independência.¹³⁶

Visualiza-se, nesta concepção de Arce, a relação entre o cuidar e o educar necessariamente de forma a estarem interligadas entre si.

Nos RCNEI, tem-se essa visão da necessidade da associação entre o cuidar e o educar:

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da Educação Infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas.¹³⁷

Ainda, os RCNEI colocam o cuidar em meio à condição de formação educacional tendo atenção especial do professor para sua prática voltada às crianças de forma a ajudá-las quanto às suas necessidades apresentadas de acordo com seu desenvolvimento educacional.

Além da dimensão afetiva e relacional do cuidado, é preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada. Assim, cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando a ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma.¹³⁸

Desta forma, fica clara a idéia de integralizar o cuidar e o educar segundo os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

3.3 – Dimensão da ética presente nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

¹³⁶ ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia [org.]. 2010. p.24.

¹³⁷ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação**. Infantil. v 1. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 24.

¹³⁸ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. 1998. p. 25.

Tratando-se de um estudo sobre a relação da ética e ética do cuidado com a Educação Infantil, após os conceitos anteriormente citados neste trabalho, se faz necessário abordar sobre a dimensão do pensar sobre ética existente nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

3.3.1- Conceito de ética nos RCNEI.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil não apresentam explicitamente um conceito de ética em sua escrita trabalhando-o sob especificidade a partir de um título. Não há um capítulo ou subtítulo dedicado à ética nos textos dos RCNEI. Porém, no que diz respeito à formação educacional das crianças, ao analisar os RCNEI, pode-se perceber que, de forma geral, seu texto se refere à ética como imperativo de formação de conduta social e pessoal. Ética é entendida na leitura feita nos RCNEI, como algo que apóie e dê base sustentável à conduta pessoal e social da criança em formação educacional, direcionando-a à construção e aquisição de valores, como o respeito a si e ao outro, a honestidade, e ao desenvolvimento de potencialidades de ações que a torne uma criança feliz e saudável, quando se refere à junção necessária entre o educar e o cuidar.

Tem-se, então, segundo os RCNEI:

Neste processo a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.¹³⁹

Quanto aos professores, identifica-se a ética entendida como conduta profissional quando refere-se à apropriação das condições necessárias para lecionar na educação infantil, apresentando conhecimentos satisfatórios do como lidar com as necessidades de formação educacional das crianças, compreendendo-as em suas diferentes fases.

Neste ponto, os RCNEI são incisivos:

¹³⁹ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. 1998. p. 23.

Para que os projetos educativos das instituições possam, de fato, representar esse diálogo e debate constante, é preciso ter professores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis.¹⁴⁰

Bases éticas são de extrema importância na formação educacional das crianças pequenas. E seria interessante que os referenciais dedicassem, pelo menos, um subtítulo ao tema para que pudessem demonstrar o que pensam sobre a questão e direcionassem as instituições de Educação Infantil, os professores que nelas atuassem e a famílias que delas participassem.

3.3.2 – Conceito de ética do cuidado nos RCNEI.

O conceito de ética do cuidado é facilmente apreendido nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, quando em seu texto pode-se ler:

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato de relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos.¹⁴¹

Nesta perspectiva, entende-se a ética do cuidado como essencial, ou seja, quando a conduta do ser humano vai além dele mesmo preocupando-se com o outro, por que passa a entender que, é a partir do outro, que cuidará de si mesmo. Desta forma, preocupando-se com a formação pessoal e social do outro, bem como de si mesmo para um desenvolvimento integral.

Ainda segundo os RCNEI, tem-se:

O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.¹⁴²

¹⁴⁰ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. 1998. p. 41.

¹⁴¹ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. 1998. p. 24.

¹⁴² BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. 1998. p. 24.

Desta forma, a ética do cuidado também está expressa na forma do cuidado natural. Este, necessário às crianças pequenas através do fazer do adulto. E é nas instituições da educação infantil, onde as crianças menores de seis anos passam uma boa parte de sua infância, que necessita de profissionais aptos para cuidar essencialmente e naturalmente das crianças, em consonância com as famílias. E para isso, os RCNEI apontam para a afirmação desse cuidado nessa perspectiva.

O cuidado precisa considerar principalmente, as necessidades das crianças, que, quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais.

Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado.¹⁴³

Nesse sentido, tem-se a ética do cuidado expressa de forma a chamar a atenção como responsabilidade pelo que se cativa. E os professores da Educação Infantil são grandes cativadores das crianças pequenas. Os RCNEI buscam aguçar essa necessidade de cuidar essencialmente e naturalmente na formação educacional da criança menor de seis anos.

3.4 – Perfil do docente para a Educação Infantil presente nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

O perfil do docente para lecionar na Educação Infantil está posto nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de maneira a exigir do professor que possua capacidade e qualificação adequada para atuar nesta área. Precisa demonstrar conhecimento sobre a área e manter-se em estudos de qualificação contínua. Ao tempo em que chama a atenção para a necessidade do

¹⁴³ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. 1998. p. 25.

professor apresentar-se “polivalente”, ou seja, pronto para realizar diferentes tarefas exigidas no trabalho com crianças pequenas. Segundo os RCNEI:

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação.¹⁴⁴

De tal forma, o perfil do docente desejado pelos RCNEI deve também apresentar um postura profissional de compromisso com a sua prática. Segundo os RCNEI, este fato torna-se muito importante na afirmação da qualidade educacional desenvolvida pela instituição.

A implementação e/ou implantação de uma proposta curricular de qualidade depende, principalmente dos professores que trabalham nas instituições. Por meio de suas ações, que devem ser planejadas e compartilhadas com seus pares e outros profissionais da instituição, pode-se construir projetos educativos de qualidade junto aos familiares e às crianças. A idéia que preside a construção de um projeto educativo é a de que se trata de um processo sempre inacabado, provisório e historicamente contextualizado que demanda reflexão e debates constantes com todas as pessoas envolvidas e interessadas.¹⁴⁵

Assim, os RCNEI propõem o perfil para o docente da educação infantil. De apresentação responsável, comprometido, portador de conhecimento sobre a área, para que possa promover formação educacional de qualidade às crianças menores de seis anos.

3.5 – Perfil da família presente nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

A família possui um papel importantíssimo na formação educacional das crianças menores de seis anos. Estas são ainda totalmente dependentes dos

¹⁴⁴ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. 1998. p. 41.

¹⁴⁵ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. 1998. p. 41.

adultos, tanto para o cuidado natural, quanto para o cuidado essencial. Nesse sentido, os RCNEI apontam para uma necessidade de atenção especial da instituição de Educação Infantil no relacionamento com as famílias e propõem que se rejeite a idéia de que existe um modelo único de família, sugerindo que a família seja acolhida como parceira e interlocutora da instituição, que muito necessitará de seu apoio.

Nesse sentido, os RCNEI propõem que a instituição da Educação Infantil, estabelecendo parceria com as famílias, demonstre respeito aos vários tipos de estruturas familiares hoje existentes, acolha as diferentes culturas, valores e crenças sobre educação de crianças advindas do meio familiar, inclua o conhecimento familiar no trabalho educativo e acolha também as famílias com necessidades especiais.

Não apenas a instituição de Educação Infantil deve preocupar-se em relacionar-se com a família como parceira e interlocutora. A própria família precisa manter um canal de comunicação, constante, com a instituição de Educação Infantil, por se tratar de crianças muito pequenas inseridas em outro contexto, diferente do familiar. Desta forma, os RCNEI, colocam que existem várias maneiras e oportunidades de incluir a família no projeto institucional. Como, por exemplo, participação em conselhos e associações de pais, que são canais abertos junto à gestão da instituição. Segundo os RCNEI:

A comunicação mais individualizada entre as famílias e as instituições de Educação Infantil deve ocorrer desde o início de forma planejada. Após os primeiros contatos, a comunicação entre as famílias e os professores pode se tornar uma rotina mais informal, mas bastante ativa. Entrar todos os dias até a sala onde sua criança está, trocar algumas palavras com o professor pode ser um fator de tranqüilidade para muitos pais. Quanto menor a criança, mais importante essa troca de informações.¹⁴⁶

A proposta de família vislumbrada nos RCNEI deve apresentar-se preocupada com o trabalho gerido à sua criança e propõe que a participação das famílias não deve estar sujeita a uma única possibilidade e, sim, os pais ou responsáveis pela criança devem também ter acesso à:

Filosofia e concepção de trabalho da instituição; Informações relativas ao quadro de pessoal com as qualificações e experiências; Informações

¹⁴⁶ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. 1998. p. 78.

relativas à estrutura e funcionamento da creche ou da pré-escola; Condutas em caso de emergência e problemas de saúde; Informações quanto à participação das crianças e famílias em eventos especiais.¹⁴⁷

A família é afirmada pelos RCNEI, também, como fonte educadora da criança e deve se fazer presente na formação educacional aferida pela instituição infantil fazendo parte da orientação dada à criança.

3.6- Propondo Ética do Cuidado na Educação Infantil.

Com base nos estudos acima, percebe-se a necessidade de propor a relação da ética do cuidado na formação educacional da criança na Educação Infantil. Toma-se aqui, a idéia de que, quanto mais cedo a criança for direcionada à formação ética em sua educação, mais cedo poderá agir de forma ética em sua construção cidadã, adquirindo condições específicas para tornar-se, assim, futuro cidadão ético, com uma boa formação pessoal e social, promovendo a suas futuras gerações, formação ética.

Relembrando Sousa, em que nesse sentido fala que:

Educar sem ética não é educação, por outro lado, uma ética que não conduza à educação é, no mínimo, morta, descarnada, abstrata e desumanizante, o que é um contrassenso. O ato de educar deve ser intrinsecamente um ato ético, sob pena de se tornar sua própria negação. Educar é, pois, conduzir alguém ou conduzir-se a si mesmo para os valores do bem, do certo e da vida. Assim, tanto a ética como a educação são atividades essencialmente humanas, porque pressupõem o uso do livre-arbítrio mesmo que seja em seu menor grau.¹⁴⁸

Educar em bases éticas, promovendo o cuidado, requer formação adequada do educador, conscientização do seu papel na Educação Infantil e parceria com a família. Enfim, ações que demandam atenção para a formação educacional, pessoal e social da criança que se tornará jovem e adulto no futuro. O adulto de amanhã necessita hoje, enquanto criança, sentir-se acolhido e direcionado ao “caminho do

¹⁴⁷ BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. 1998. p. 79.

¹⁴⁸ SOUSA, Antonio Bonifácio Rodrigues de. **Ética e cidadania na educação**: Reflexões filosóficas e propostas de subsídios para aulas e reuniões. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Ethos). p.15.

bem”. Nesse sentido, oportunizando uma formação adequada, para que possa também preocupar-se com o outro, através do reflexo vivenciado. A ética do cuidado torna-se essencial para essa condição. Reporta-se, aqui, Nel Noddings, como foi visto anteriormente, quando a mesma fala: “quem foi cuidado, cuidará”.¹⁴⁹

Para que isso possa acontecer, se faz necessário, promover novas ações práticas nas instituições de Educação Infantil englobando a figura do educador das crianças pequenas como ator principal nesse processo.

3.7- O cuidado na Educação Infantil.

De acordo com as concepções de cuidado vistas anteriormente, existem dois tipos de cuidado: o natural e o essencial. Na Educação Infantil há a necessidade de existir os dois tipos concomitantemente. Afinal, as crianças deixam suas famílias durante um período do dia, ou até mesmo, afastam-se em período integral devido à necessidade dos pais trabalharem, fato que, devido à idade delas leva a obrigação da instituição educacional promover o cuidado natural e essencial das crianças que nela se encontram.

3.7.1- O cuidado natural:

As crianças menores de 05 anos necessitam de cuidado natural constantemente, pois ainda, não possuem condições para, por si só, desenvolver sua própria higiene, a ida ao banheiro, o banho, a troca de fraldas, troca de roupas, calçados, a limpeza adequada das mãos para comer, o dar de comer nas horas corretas, o direcionamento ao caminhar na rua, a atenção para não se machucar, o cuidado para uso de remédios quando necessário, o cuidado com a saúde para não adoecer, entre outros cuidados naturais que as crianças pequenas exigem.

¹⁴⁹ NODDINGS, Nel. 2003. p.106.

Estas mesmas crianças estão relacionando-se com outro grupo social diariamente, que não mais é a sua família. Trata-se da frequência à Instituição de Educação Infantil. Cabe, então, a estas instituições organizar-se de maneira adequada quanto à sua estrutura, propiciando locais adequados para acolher a necessidade do cuidado natural às crianças de acordo com a faixa etária delas, como: berçários, banheiros adaptados às crianças, refeitórios adaptados, sala de dormir, brinquedoteca, sala adequada para receber visitas de profissionais da área da saúde. Da mesma forma, a existência de pessoas com treinamento e preparação adequada para cuidar naturalmente dessas crianças, torna-se necessária dentro da instituição.

Essas pessoas devem ter consciência do seu papel enquanto cuidadoras natural e acolher com segurança as crianças que necessitarão do seu cuidado natural. A condição de gostar das crianças, gostar de estar com pessoas, gostar do que faz, deve ser imprescindível, bem como, a relação ética profissional com seu/sua chefe, quando necessário acompanhamento do fazer natural, relacionado às crianças da instituição de educação Infantil. Assim sendo, não pode ser uma pessoa sem formação ética e sem estrutura emocional e psicológica adequada. Deve assumir seu papel de cuidadora da formação educacional com responsabilidade para com as crianças e dedicação à instituição ao qual trabalha. Afinal, os pais necessitam sentir-se seguros de que a instituição possui pessoas capacitadas para cuidar dos seus filhos naturalmente, com segurança e respeito ao outro, além da necessidade de gerir cuidado e o adequado tratamento à criança.

3.7.2 – O cuidado essencial:

É na fase da Educação Infantil que as crianças formam sua personalidade. O que for apreendido e vivenciado as acompanhará para sua vida adulta. Assim sendo, quanto mais cedo for dada uma formação educacional adequada com base no cuidado essencial para as crianças, pode-se pensar em um adulto no futuro com formação pessoal essencial, com modo de ser e agir mais tolerante socialmente, condutor de valores e de vivência ética.

Desta forma, o cuidado essencial possui intrínseco valor na formação educacional. Quando cuida-se essencialmente, se está cuidando da formação do Ser; da formação da personalidade pessoal e social; da edificação de valores para uma vivência com base na formação ética. Por isso, a preocupação com a formação educacional da criança na fase da Educação Infantil em harmonia com o cuidado essencial, torna-se condição necessária para que haja, no futuro, adultos mais envolvidos com construção de valores e com a ética.

Não obstante o cuidado natural, o essencial necessita de pessoas preparadas para promover esse tipo de cuidado na Educação Infantil. Nas instituições de Educação Infantil, além de todos adultos envolvidos com o trabalho na instituição terem o dever de cuidar, orientando para a formação pessoal e social, com bases em formação ética, moral e na construção de valores, é o educador que, por passar a maior parte do tempo com a criança e por ter a função de educar, possui um papel muito importante na formação educacional dessas crianças: cuidar essencialmente.

As instituições de Educação Infantil devem preocupar-se em buscar um (a) educador(a) que tenha formação adequada para se fazer presente na função de formar educacionalmente crianças menores de cinco anos. Este deve ter saberes necessários para assumir a sua função. Dedicar-se à qualificação e capacitação continuada. Gostar de estar com as crianças e as pessoas que fazem parte da instituição interna e externamente, pois os pais, indiretamente, fazem parte da instituição à qual seus filhos pertencem, e não menos importante, tenha uma conduta ética para servir de modelo às crianças.

A ética, substância da condição humana e política, é tema atual e premente e, por isso, insere-se no processo educacional de desenvolvimento do ser humano, que passa, fundamentalmente, pela formação de consciência cidadã. [...]

A formação de professores e profissionais de diversas áreas tem sido, histórica e culturalmente, um dos mais importantes fatores de desenvolvimento social, tendo em vista a construção de uma sociedade democrática e cidadã.¹⁵⁰

Esse profissional deve apresentar comportamento e vivência pessoal e social condizente com um perfil ético coerente para lidar com as crianças. Isso porque o educador torna-se modelo comportamental para as crianças, que ainda nesta idade

¹⁵⁰ AMORIN NETO, Roque do Carmo; ROSITO, Margaréte May Berkenbrock. **Ética e moral na educação**. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2009. p.8;13.

não conseguem distinguir entre o correto e o não correto sem orientação de um adulto. E é através do modelo vivenciado que a criança vive sua ética definindo o que, para ela, pode ser certo ou errado.

É preciso que o educador esteja preparado para orientar de forma adequada a construção da personalidade da criança na fase da Educação Infantil, assumindo um papel em parceria com a família na orientação das crianças. Isso significa assumir um papel de cuidador essencial. Cuidar da essência das crianças que estão nesta fase, oportunizará futuros adultos eticamente corretos, logo, com posicionamentos pessoais e sociais adequados para uma vivência em sociedade com produção de valores adequados ao bem estar pessoal e social.

3.8- Problemática existente:

Ainda observa-se, em algumas instituições de Educação Infantil, a presença de educadores sem formação adequada para exercer o papel de formador educacional da criança. Estes, não apresentam apreensão de conhecimentos sobre o que é a Educação Infantil e quem são as crianças presentes nessa fase, e às vezes nem mesmo formação em cursos superiores direcionados à Educação Infantil. Com isso, desfaz-se a idéia do educador orientador estar preocupado com a prática do cuidado essencial e até mesmo natural na instituição, enquanto educa suas crianças.

A partir desta visão, percebe-se que, muitos educadores, acabam ou confundindo os papéis, ou extrapolando-se em seu próprio papel. Por exemplo, o educador ao se confundir quanto ao seu papel junto à criança da Educação Infantil, por não ter formação adequada, se pensa, às vezes apenas como cuidador natural da criança, e a instituição perde a função de formadora educacional, tornando-se apenas o lugar onde as crianças passam o tempo e são cuidadas naturalmente. Já quando extrapola em seu papel, o educador se pensa, como detentor único, de poder coercitivo sobre a criança, assustando-a e levando-a a não desejar mais estar presente na instituição. Isso acontece com ameaças de castigo quanto às tarefas não cumpridas, atitudes de punição relativas ao comportamento, gritos exagerados na sala de aula para manter a turma quieta, exaltação do erro de um na frente da

turma levando a criança a sentir-se humilhada frente aos coleguinhas, não demonstrar comportamento e atitude ética na frente das crianças, fazer comentários indevidos para às crianças. Enfim, poder-se-ia elencar inúmeras situações que podem acontecer na instituição da Educação Infantil quando o educador não possui formação adequada para estar presente na Educação Infantil.

3.9- O docente e a prática de ética do cuidado na educação infantil:

O docente da Educação Infantil deve dispor de formação adequada para atuar na Educação Infantil. E em sua prática, pensando na formação educacional pessoal e social, deve dedicar às crianças um educar com o olhar voltado à prática do cuidado.

O cuidado transferido de forma a preocupar-se em ensinar e fazer aprender. O cuidado em educar pela prática da ética, para valores éticos e para o sentido da vida. Educar através da ética aplicando justas avaliações.

Roque do Carmo Amorim Neto e Margaréte May Berkenbrock Rosito em seu livro *Ética e moral na Educação*, afirmam que:

Os professores deverão proporcionar coerência entre os valores proclamados pela escola e sala de aula, no sentido de que os alunos possam perceber que valores como justiça e respeito não são meras teorias ou simples “valores proclamados”, mas de fato são parâmetros para as relações estabelecidas dentro e fora da sala de aula.¹⁵¹

Amorin Neto e Rosito também descrevem que o professor deve estar consciente de seus atos éticos e morais, buscando rever-se dentro do contexto educativo constantemente:

Cabe ao professor também criar um clima de confiança em sala de aula, para que os alunos possam expor suas opiniões e posicionamentos sem medo de serem cerceados. Isso exige uma abertura aos pensamentos e às crenças diferentes e inclusive divergentes dos seus, bem como os diferentes modos de buscar soluções justas. Essa atitude exigida do professor traz consigo a urgência da reflexão, para que o professor dê conta de seus próprios juízos morais e perceba o modo como está

¹⁵¹ AMORIN NETO, Roque do Carmo; ROSITO, Margaréte May Berkenbrock. 2009. p.77.

conduzindo o processo educativo: se com justiça, democracia, respeito, cuidado ou autoritarismo.¹⁵²

E seguem colocando o papel do professor junto à ética do cuidado:

Portanto, o papel do professor é oferecer continuamente oportunidade de desenvolvimento, quer seja pela salvaguarda dos princípios de democracia, justiça, respeito, quer seja pelo modo como vivencia tais princípios em sala de aula; e, ainda, por estimular seus alunos a se colocarem no lugar uns dos outros e a apresentarem modos mais maduros e de raciocínio moral.¹⁵³

Retomando Laurinda Ramalho de Almeida, tem-se:

Como seres humanos, necessitamos ser cuidados e cuidar. Cuidar de outra pessoa, no sentido mais significativo, é estar atento ao seu bem-estar, ajudá-la a crescer e atualizar-se, e para isso o outro é essencial. Envolve um “sentir com o outro” – podemos chamar essa disponibilidade de empatia: é perceber, mesmo em um leve indício, que algo está faltando ao outro, e que é preciso intervir. Cuidar implica ação (a ação pode ser a decisão de não intervir, em respeito à individualidade do outro, depois de “sentir com”, e na confiança de que ele pode encontrar seu próprio caminho). Quando nos tornamos professores, entramos em uma relação de cuidar mais especializada e intencional que a relação eu-outro do contexto familiar. As ações de cuidar, na relação pedagógica, são diferentes conforme o estágio de desenvolvimento do aluno; porém, envolvem sempre o comprometimento, a disponibilidade para conhecer as necessidades do outro naquele momento, naquele contexto determinado. E termos amplos, o cuidar do professor implica um cuidado constante com o fazer, um cuidado com o conhecimento já construído, um cuidado em fazer do conhecimento um alicerce para os alunos elaborarem projetos de vida éticas, um cuidado consigo mesmo.¹⁵⁴

Cabe ao professor entender que “educar com ética significa antes de tudo, educar com técnicas, meios e métodos que sejam igualmente éticos”.¹⁵⁵ Nesse contexto insere-se a ética do cuidado. Como ser humano, o docente da Educação Infantil necessita ser cuidado e cuidar. E nesse constante fazer, demonstrar em exemplo a necessidade de cuidar uns dos outros. Tratando de crianças em formação educacional de personalidade, é essencial que o educador proporcione a ação do cuidado, seja o natural seja o essencial, para que elas vivenciem e imitem o modelo.

¹⁵² AMORIN NETO, Roque do Carmo; ROSITO, Margaréte May Berkenbrock. 2009. p.80.

¹⁵³ AMORIN NETO, Roque do Carmo; ROSITO, Margaréte May Berkenbrock. 2009. p.82.

¹⁵⁴ ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Sousa. **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p.42;43.

¹⁵⁵ SOUSA, Antonio Bonifácio Rodrigues de. **Ética e cidadania na educação**: Reflexões filosóficas e propostas de subsídios para aulas e reuniões. São Paulo: Paulus, 2010. p.59.

Cabe aqui ressaltar, a importância da formação do docente para o cuidar. Almeida e Placco, nesse sentido, desvelam a necessidade do docente aprender a cuidar do fazer:

O primeiro cuidado do professor é refletir sobre as conseqüências de um objetivo que os alunos não tem condições de atingir: a aprendizagem não ocorrerá, mas, ocorrerá o rebaixamento da auto-estima do aluno. Outro cuidado é refletir que o ponto de partida é diferente para cada aluno, porque suas bagagens são diferentes, e esse ponto deve ser respeitado. É preciso cuidar da proposição dos objetivos, para evitar que o incluído no sistema escolar não se torne um excluído na escola.¹⁵⁶

Para isso, o docente deve dispor de habilidades para cuidar, como Almeida e Placco, referem-se: *habilidade para fazer-se próximo ao aluno*, tendo atenção para o que acontece na classe e demonstrando estar junto ao aluno; *habilidade de observar, olhar e ouvir*, estabelecendo dessa maneira laços afetivos; *habilidade de responder aos sentimentos*, sendo de forma autêntica, pois, os alunos percebem quando a preocupação pelos sentimentos é legítima ou artificial; *habilidade de encaminhar soluções*, isso se dá através da pergunta “o que fazer?” Haja vista, a classe “precisar ser compreendida em seu contexto”.¹⁵⁷

Além disso, ainda Almeida e Placco destacam que é preciso respeitar as crianças quanto aos conhecimentos já elaborados. E, isso requer um cuidar pois “quando o aluno sente no professor a disponibilidade, o entusiasmo, a sinceridade para com sua área de conhecimento, mostrando-lhe sua beleza e seu processo de construção, o aluno admira o professor por sua competência”.¹⁵⁸ E seguem demonstrando que o professor precisa cuidar da elaboração de projetos de vida éticos, isso significa que *ética não é dar um catálogo de regras*: “é discutir com os alunos os que seus atos significam em termos de necessidades, sentimentos, conseqüências e projetos de vida seus e dos outros”.¹⁵⁹

E por fim ressaltam a necessidade e importância do professor cuidar de si próprio, e lembram que “para cuidar bem do outro, é preciso cuidar-se”.¹⁶⁰ Para isso, cabe ao professor preocupar-se consigo mesmo, prestando atenção a si próprio; identificar situações que provoquem sentimentos negativos e positivos a si; buscar

¹⁵⁶ ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Sousa. 2007. p.45.

¹⁵⁷ ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Sousa. 2007. p. 45-49.

¹⁵⁸ ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Sousa. 2007. p. 51.

¹⁵⁹ ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Sousa. 2007. p.54.

¹⁶⁰ ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Sousa. 2007. p. 54.

os sentidos que seu trabalho traz para si; aceitar-se como pessoa concreta que é dotada de limitações, de condições internas (valores, crenças) e de condições externas (pressões, ambientes incômodos dentro e fora da escola); procurar identificar seu jeito de ser e reconhecê-lo como sua raiz histórica; compartilhar certezas e dúvidas; aprender a administrar o tempo; manter contato com grupos quanto à afinidade e enfrentar os obstáculos que surgirem, buscando ajuda de outros quando necessário.

CONCLUSÃO

A prática da ética do cuidado tanto natural quanto essencial, nas instituições de Educação Infantil, torna-se condição essencial para a formação educacional integral pessoal e social da criança, para que no futuro possa apresentar-se adulto, com posicionamento frente à sociedade mediante um agir ético e cuidador.

Cabe às instituições rever seu processo formativo educacional e a prática e formação de seus agentes educadores. Sugere-se inclusive, que quando aberto processo de admissão nas instituições de Educação Infantil em âmbito particular, ou até mesmo admitidos, em face de um concurso, em âmbito público, seja feita entrevista com o candidato para avaliar o seu saber e o seu pensar sobre a formação educacional na Educação Infantil.

Nesse sentido, a formação do educador para atuar na Educação Infantil, é um dos pontos mais preocupantes. Este necessita de formação educacional em curso superior, com direcionamento a estudos relacionados tanto à Educação Infantil, quanto à ética e a ética do cuidado, para que possa consciente do seu papel, compreender o que é a Educação Infantil e quem são as crianças nela presente.

Além disso, apresentar conhecimentos necessários sobre a Educação Infantil, bem como, saber como a criança pensa e age de acordo com a faixa etária formando sua personalidade e, construindo sua ética e sua moral torna-se condição essencial à formação do educador. Desta forma, o educador deve sentir-se, responsável, junto com a família, quanto ao exemplo dado face às crianças, pois será modelo para a construção ética e moral da criança, futuro adulto em meio à sociedade.

A família deve ser vista pela instituição de Educação Infantil como parceira. Neste sentido, deve ser chamada à responsabilidade, junto com a instituição, quanto à formação educacional integral pessoal e social da criança com o uso da prática da ética do cuidado tanto natural, quanto essencial. É a família o primeiro grupo social da criança, que deve assumir o papel principal de educadora da criança. À instituição educacional, compete gerenciar a educação formal escolarizada, não perdendo de vista, que também torna-se importante para o direcionamento da construção da formação educacional pessoal e social da criança, pois esta, assume

um trabalho com crianças pequenas, ainda em fase de formação através do modelo vivenciado. O que se quer dizer, é que a família não pode mais, atribuir responsabilidades que lhe são dotadas, agregando à escola esta condição. Quando isso ocorre, distorce-se a função da escola e da família. Por muitas vezes, até mesmo, presencia-se uma inversão dos papéis da escola e da família.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil necessitam ser revisados a título de atualização, afinal, já se passaram treze anos e muito foi modificado relativo à Educação Infantil. Uma das principais modificações foi a inserção das crianças de seis anos, no primeiro ano do Ensino Fundamental que passou a ser estruturado em nove anos. A Educação Infantil perde uma turma, passando a ser considerada sua abrangência as crianças de zero a cinco anos, considerando creche o atendimento às crianças com idade de zero a três anos e pré-escola de quatro e cinco anos. Além disso, ressaltar a ética em sua escrita torna-se de fundamental importância para que também seja visto como referência para a prática do educador nesta fase, ajudando-o a perceber a importância da formação educacional integral pessoal e social da criança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Sousa. **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

AMORIN NETO, Roque do Carmo; ROSITO, Margaréte May Berkenbrock. **Ética e moral na educação**. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2009.

ANTUNES, Celso; GARROUX, Dagmar. **Pedagogia do cuidado**: Um modelo de educação social. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia [org.]. **Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil?**: Em defesa do ato de ensinar. 2 ed. Campinas/SP: Alínea, 2010.

BARON, Sandra C. **Brincar**: Espaço de potência entre o viver, o dizer e o aprender. p.53-79. In.: GARCIA, Regina Leite (org.). Crianças essas conhecidas tão desconhecidas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BOFF, Leonardo. **A ética e a formação de valores na sociedade**. Ano 4. n. 11. São Paulo, SP: Instituto Ethos, Outubro de 2003. (Publicação na íntegra de mesa-redonda realizada em 12 de junho de 2003, na Conferência Nacional 2003 – Empresas e Responsabilidade Social do Instituto Ethos, em São Paulo.)

_____. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **O cuidado essencial**: princípio de um novo ethos. Artigo. Inclusão social. v. 1. n 1. p. 28-35. Brasília. Out/mar., 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusão/index.php/inclusão/article/viewfile/6/12>. Acesso em: 03 jan. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Título III. Art. 4º. Inciso IV. Brasília: MEC/SEF, 1996. Disponível em www.mec.gov.br Acesso em: 16 maio 2011.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacionais para Educação infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. v 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacionais para Educação infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. v 2. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacionais para Educação infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. v 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 208. Inciso IV. Brasília: MEC/SEF, 1989.

_____. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Capítulo IV. Art. 54. Inciso IV. Brasília: MEC, 1990. Disponível em: WWW.mec.gov.br Acesso em: 16 mai 2011.

CHALITA, Gabriel. **Educação: A solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2004.

CORTELA, Mário Sérgio e TAILLE, Yves de La. **Nos labirintos da moral**. 7ª ed. Campinas / SP: 7 Mares. 2009.

DALBOSCO, Cláudio Almir. **O cuidado como conceito articulador de uma nova relação entre Filosofia e Pedagogia**. Edu. Soc., Campinas, v. 07, n. 97. p. 1113-1135, set./dez.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a03v2797.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2009. p.1131.

EDUCADORES. **Biografia de Pestalozzi**. Disponível em: http://www.miniweb.com.br/educadores/teoria_educ/pestalozzi.html Acesso em: 12 jul. 2011.

ESPÍNDOLA, Maria Zoê Bellani Lyra e LYRA, Vanessa Bellani. **O desenvolvimento moral em Lawrence Kohlberg**. Artigo. 2006. p.3. Disponível em: www.ici.ufba.br/twiki/.../moralidadeemlawrencekohlberg.pdf. Acesso em: 18 fev. 2011.

ESTEVIÃO, Carlos V. **Multiculturalidade, cosmopoliticidade e eticidade numa educação democrática**. Artigo. V. Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife, PE. De 19 a 22 de setembro de 2005.

FONTE, Carlos. **Dimensão ética do agir**. Disponível em: <http://afilosofia.no.sapo.pt/10voleticos.htm>. Acesso em: 18 fev. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura)

GIARDINETTO, José R. B.; MARIANI, Janeti M. **O lúdico no ensino da Matemática na perspectiva Vygotskiana do desenvolvimento infantil**. p. 185-218. In.: ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (org.). Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil: Em defesa do ato de ensinar. 2 ed. Campinas/SP: Alínea, 2010.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação. Série educação infantil.)

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 8 ed. v 2. Petrópolis: Vozes, 1999.

LA TAILLE, Yves. **Moral e ética: Dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARTINS, Eliseu e LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em Contabilidade**. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MAY, Rollo. **Eros e repressão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982 in: BOFF, Leonardo. 2003.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. Trad. Juremir Machado da Silva. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOURA, Márcia de Almeida. **Educadores que influenciaram a Educação Infantil**. Artigo. São Paulo: Rede SACI, 2007. Publicado em 09/08/2007. Disponível em: <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=20196>. Acesso em: 12 jul. 2011.

NODDINGS, Nel. **O cuidado**: Uma abordagem feminina à ética e à educação moral. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2003. p. 105-134. (Título original: Caring: a feminine approach to ethics and moral education.)

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e sociabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1993. Coleção Filosofia.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**: uma introdução. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Passos e Passos, 2000.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O coordenador Pedagógico e o cotidiano da escola**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

RODRIGUES, Carla e SOUZA, Herbert. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994. Coleção Polêmica.

STRECK, Gisela I. W.; LAUX, Núbia M. (org.). **Manual de normas para trabalhos científicos**: baseados nas normas da ABNT. 2 ed. rev. e atual. São Leopoldo: EST/ISM, 2009.

SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005..

SANTOS, José Reus dos. **A moral na Infância**. 2006. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?opition=comcontent&view=article&id=268:a-moral-na-infancia&catid=57:85&Itemid=21> . Acesso em: 18 fev. 2011.

SOUSA, Antonio Bonifácio Rodrigues de. **Ética e cidadania na educação**: reflexões filosóficas e propostas de subsídios para aulas e reuniões. São Paulo: Paulus, 2010.

SOUZA, Herbert. In: RODRIGUES, Carla. **Ética e Cidadania**. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1994.

SUNG, Jung Mo e SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

TIBA, Içami. **Quem ama educa**: Formando cidadãos éticos. São Paulo: Integrare, 2007.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2005. Coleção Primeiros Passos.

VÉLEZ, Mercedes Blasi. **Vínculos entre famílias e profissionais na construção do projeto educativo**. Artigo. Revista Pátio. Educação Infantil. Ano VI. n 17. Jul/Out 2008.